

Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

2º quadrimestre | 2018



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Luis Cláudio Fernandes Lourenço Gomes

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Fábio Rodrigo Amaral Assunção

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Adilson Zegur

SUPERINTENDENTE DO TESOURO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO

FINANCEIRA

Daniela de Melo Faria

SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES

FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Diana Cabral Siqueira

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Giovana dos Santos Itaboraí

EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Cristiane dos Santos Oliveira

Eduardo de Andrade

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Paulo Roberto Arduini Carvalho Júnior

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Sérgio da Costa Peixoto



O BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL é uma publicação iniciada em 2008 pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças e da Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA FISCAL porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O Boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico.

Esta edição, decorridos onze meses da homologação do Regime de Recuperação Fiscal, evidencia o início da trajetória do Estado do Rio de Janeiro na retomada do equilíbrio fiscal, após três anos de forte frustração de receitas e acúmulo de dívidas com sevidores e fornecedores.

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, nº 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-001



Sumário

I. Economic Outlook	13
I.I Brazil and Rio de Janeiro	13
I. Panorama Econômico	15
I.I O Brasil e Rio de Janeiro	15
II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro .	18
III. Resultados Fiscais	25
III.I Resultado Orçamentário	25
III.II Resultado Primário	28
IV. Receita Estadual	32
IV.I Receitas Correntes	33
IV.I.1 Receita Tributária.....	34
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties	41
IV.I.3 Demais Receitas Correntes	43
IV.I.3.1 Receita de Transferências	46
IV.I.3.2 Transferências da União.....	47
IV.II Receitas de Capital	49
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro	51
V.I Despesa Total	51
V.II Créditos Adicionais	52
V.III Despesas por Grupo.....	53
V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais e legais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM , FEHIS e FISED	57
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	70



VI.1 Cota Financeira.....	70
VI.2 Pagamento de PD's.....	70
VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	70
VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento	72
VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública.....	75
VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	84
VI. 7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP	84
VI.8 Captação de Recursos	86
Glossário	88



Apresentação

Este é o quinquagésimo sexto número do Boletim de Transparência Fiscal. Elaborado pela Secretaria de Fazenda e Planejamento do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), é o segundo referente ao exercício de 2018. Editado quadrimestralmente desde 2016, seu objetivo é fazer chegar aos cidadãos os mecanismos de controle e dar transparência à execução do orçamento estadual - recursos arrecadados, sua origem e aplicação a título de retorno para a sociedade, em linguagem fácil e amigável.

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. No cenário de estabilidade fiscal o Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança.

No entanto, desde 2015, o ERJ vem enfrentando expressiva frustração de receita, influência de um cenário econômico adverso. O encerramento de 2017, mostrou resultados um pouco melhores, por conta do Regime de Recuperação Fiscal (RRF). Em 2018, a economia começa a mostrar sinais de recuperação. A retomada dos investimentos da Petrobrás e o consequente aumento da produção de petróleo refletiram positivamente tanto na Receita de Participações Governamentais como no ICMS da cadeia de óleo e gás.

No item I.I é apresentada breve análise do Cenário Econômico e, a partir do item II, comenta-se a Receita Realizada no 2º quadrimestre de 2018, evidenciando-se a melhora da arrecadação, denotando o início da retomada do equilíbrio das contas do ERJ.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.” Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.



No que diz respeito à aplicação dos recursos, importante cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos, uma das finalidades desta publicação. Nos últimos três exercícios até a execução das despesas sujeitas a percentuais mínimos de aplicação foi bastante difícil. A despesa por si só tem um crescimento vegetativo a cada ano, contrapondo-se à frustração de receita enfrentada. Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro (SIAFE-RIO) no dia 17/09/2018.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa).

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos resultados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, aos pagamentos requeridos pelos órgãos, à aplicação dos saldos do Tesouro, à quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado, cujo pagamento está suspenso por três exercícios por conta do RRF. Traz ainda dados sobre a execução de convênios, atualmente em número reduzido por conta da crise financeira do Governo Federal, que reduziu as tais transferências.



RESUMO EXECUTIVO

A implementação de Medidas de Ajustes de Receita derivadas da homologação do Regime de Recuperação Fiscal - RRF, aliada à melhora, ainda que lenta, do cenário econômico no ERJ trouxe resultados positivos para a arrecadação no segundo quadrimestre de 2018.

A Receita Total, incluídas todas as Fontes de Recursos, cresceu 9,9% (+ R\$ 5.305,92 milhões) em relação à meta estimada para o período de janeiro a agosto. No quadrimestre, as Receitas Correntes, superaram a meta em 20,3% e, no acumulado do ano, em 13,6% (+ R\$ 6.708,61 milhões). Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelo desempenho das Receitas Tributárias, refletido não só pelo progresso da economia fluminense, mas também, pelas alterações de alíquotas de impostos vigentes a partir de abril de 2017. O expressivo aumento da Receita Patrimonial também influenciou sobremaneira o resultado, consequência do bom desempenho das Receitas de Participações Governamentais derivadas da atividade petrolífera que excedeu a meta em 82,7% no acumulado, dada a retomada dos investimentos pela Petrobrás, bem como o aumento do preço do barril tipo *brent* no mercado internacional.

As Receitas de Capital ficaram abaixo da meta estipulada para o quadrimestre, principalmente, devido a operações de crédito previstas no Programa de Recuperação Fiscal que não se concretizaram. Acrescenta-se ainda a redução de desembolsos das operações já contratadas, o que pode ser atribuído aos arrestos dos saldos em contas correntes específicas referentes a essas operações. A meta acumulada ficou 32,1% abaixo daquela definida para o período.

A análise da Receita Líquida Total demonstrada na Tabela 4, no acumulado do ano de 2018, apontou Resultado Orçamentário superavitário em R\$ 9.070,09 milhões, muito superior ao exercício anterior. Em parte, o resultado decorre da realização da Receita de Capital de R\$ 2,9 bilhões oriundos de operações de venda antecipada de Participações Governamentais. Dessas, R\$ 1,80 bilhão somado aos R\$ 900 milhões devidos pelo Banco BRP Paribas (saldo da operação contratada em 2017) são receitas extemporâneas realizadas com destinação específica, aplicadas em despesas previdenciárias de pessoal com autorização definida em lei. Acrescenta-se ainda o expressivo montante arrecadado em Royalties e Participações Especiais e o resultado das alterações de algumas alíquotas do ICMS e ITD.

As Receitas Correntes Líquidas, subtraídas das deduções constitucionais e legais, totalizaram R\$ 40.039,44 milhões de janeiro a agosto de 2018, enquanto as Despesas Correntes, R\$ 33.629,89 milhões, mesmo patamar de 2017. Esses valores apontam um superávit orçamentário corrente de R\$ 6.409,55 milhões no na corrente. Embora a arrecadação tenha melhorado, a diferença apontada como superávit orçamentário corrente gerou disponibilidade financeira para pagamento de Restos a Pagar de R\$ 4.367,00 milhões, evidenciados na Tabela 7.



Da mesma forma, as Receitas de Capital somaram R\$ 2.969,55 milhões e as respectivas Despesas totalizaram R\$ 741,45 milhões no acumulado. O resultado orçamentário aponta superávit de capital de R\$ 2.228,10 milhões. Na realidade, R\$ 1,8 bilhão arrecadado com a alienação antecipada da receita de Royalties e Participações Especiais e os R\$ 900 milhões pagos pelo BNP Paribas, comentados no item 4 deste Resumo Executivo, juntos, pagaram Despesas Correntes, remuneração de inativos e pensionistas, conforme autorização constante em lei.

Nessa mesma direção, o Resultado Primário foi superavitário no acumulado do ano. A Receita Primária foi superior à Despesa Primária em R\$ 5.716,31 milhões, em parte, por conta do menor valor aplicado em despesas financeiras como consequência da postergação do pagamento da dívida pública junto ao Governo Federal, como também pelo pagamento de despesas primárias com receitas financeiras - operações de crédito - aqui já comentadas.

As despesas do Estado do Rio de Janeiro para o exercício 2018 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 79,40 bilhões. Somando-se as alterações orçamentárias autorizadas pela incorporação de superávit financeiro apurado em dezembro de 2017 (R\$ 11,51 bilhões) e subtraindo-se o montante ainda contingenciado por falta de cobertura financeira (14,5% do orçamento inicial) demonstrado na Tabela 6, o orçamento disponível para gastos do exercício esteve estimado em R\$ 67,90 bilhões, numa postura conservadora diante de um cenário econômico de incertezas.

Em relação à execução, foram liquidados R\$ 32,45 bilhões no Poder Executivo e R\$ 4,91 bilhões nos Outros Poderes, excluídas as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 4,6% menor que o verificado no mesmo período de 2017. A diferença é justificada principalmente pela diminuição das despesas intraorçamentárias. Do total de despesas pagas (R\$ 36,14 bilhões), R\$ 31,68 bilhões são referentes ao orçamento de 2018 e R\$ 4,46 bilhões são Restos a Pagar, dos quais 67,7% em Pessoal.

Dentre as despesas orçamentárias, as Despesas Correntes do ERJ liquidadas até o momento indicaram redução de 0,2% ante 2017. Foram R\$ 33,63 bilhões até esse segundo quadrimestre. O grupo de Pessoal executou R\$ 24,41 milhões, um aumento de 2,2% frente aos dados do mesmo período de 2017; assim como o grupo de Outras Despesas Correntes, que apresentou R\$ 9,15 bilhões em despesas liquidadas e um aumento de 1,5%. Os recursos aplicados em Despesas de Capital somaram R\$ 749 milhões, com destaque para os investimentos (R\$ 424 milhões) apresentando um aumento de 70,8% em relação a 2017. Uma importante redução de despesa aconteceu no serviço da dívida (juros e amortização) decorrente do Regime de Recuperação Fiscal (queda de 58,1% comparando-se com o ano anterior).

A análise das despesas sujeitas à execução mínima sobre percentuais da receita, definidos constitucionalmente ou em lei específica, é demonstrada na Tabela 25. No caso da Educação, Saúde e FEHIS, o percentual de aplicação no período foi superior ao de 2017, dado o aumento da receita de impostos. Contudo, o índice da FAPERJ apresentou queda, pois a execução das despesas não foi compatível com a receita base de cálculo do índice, superior ao mesmo período de 2017. Em 2018, o



percentual destinado ao FECAM foi reduzido por conta da Lei Complementar nº 178 de dezembro de 2017 - criadora do Fundo Estadual de Investimentos e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED) - a qual destinou 5% da receita do pré-sal, subtraídos dos 10% que anteriormente lhe eram devidos. Ainda assim, por conta do expressivo aumento da Receita de Participações Governamentais, não haverá prejuízo na aplicação de recursos na área de meio ambiente, uma vez que a receita prevista deste fundo para todo ano de 2018 é cerca de R\$ 160 milhões superior ao do exercício de 2017.



EXECUTIVE SUMMARY

The implementation of Revenue Adjustment Measures derived from the homologation of the Tax Recovery Regime - RRF, together with the slow but steady improvement of the economic scenario in the ERJ, brought positive results for the collection in the second quarter of 2018.

Total Revenue, including all Sources of Resources, increased by 9.9% (+ R \$ 5,305.92 million) from the estimated January-August target. In the four-month period, Current Revenue surpassed the target by 20.3% and, in the accumulated of the year, by 13.6% (+ R \$ 6,708.61 million). This result was mainly influenced by the performance of the Tax Revenue, reflected not only by the progress of the economy of Rio de Janeiro, but also by the changes in tax rates in effect as of April 2017. The significant increase in Revenue also influenced greatly the result, a consequence of the good performance of Government Revenues derived from oil activity that exceeded the target by 82.7% in the accumulated amount, due to the resumption of investments by Petrobrás, as well as the increase in the price of the barrel type brent in the international market.

Capital Revenues fell below the four-month target, mainly due to credit operations foreseen in the Fiscal Recovery Program that did not materialize. There is also a reduction in the disbursements of the operations already contracted, which can be attributed to the arrests of the balances in specific current accounts related to these operations. The accumulated target was 32.1% below that set for the period.

The analysis of the Total Net Revenue shown in Table 4, in the accumulated in 2018, indicated a surplus Budget Result of R \$ 9,070.09 million, much higher than the previous year. In part, the result arises from the realization of the Capital Revenue of R \$ 2.9 billion from operations of early sale of Government Participations. Of these, R \$ 1.80 billion added to the R \$ 900 million owed by Banco BRP Paribas (balance of the operation contracted in 2017) are extemporaneous revenues made with specific destination, applied in social security expenditures of personnel with authorization defined by law. The significant amount collected in Royalties and Special Participations and the result of changes in some ICMS and ITD rates are also added.

Net Current Revenue, net of constitutional and legal deductions, totaled R \$ 40,039.44 million from January to August 2018, while Current Expenses, R \$ 33,629.89 million, even at the level of 2017. These figures indicate a current budget surplus of R \$ 6,409.55 million in the current one. Although revenue collection improved, the difference identified as a current budget surplus led to the availability of R \$ 4,367.00 million, as shown in Table 7.

Likewise, Capital Revenues amounted to R \$ 2,969.55 million and the respective Expenses totaled R \$ 741.45 million in the accumulated. The budget result shows a capital surplus of R \$ 2,228.10 million. In fact, R \$ 1.8 billion from the anticipated sale of Royalties and Special Participations and the R \$ 900 million paid by BNP Paribas, commented in item 4 of this Executive Summary, together, paid Current Expenses, remuneration of inactive and pensioners, as authorized by law.



In this same direction, the Primary Result was a surplus in the accumulated of the year. The Primary Revenue was higher than the Primary Expenses in R \$ 5,716.31 million, partly due to the lower amount applied in financial expenses as a consequence of the postponement of the payment of the public debt to the Federal Government, as well as the payment of primary expenses with financial income - credit operations - here commented on.

Expenditures of the State of Rio de Janeiro for fiscal year 2018 were set in the State Budget Law at R \$ 79.40 billion. Adding to the budget changes authorized by the incorporation of the financial surplus calculated in December 2017 (R \$ 11.51 billion) and subtracting the amount still contingent for lack of financial coverage (14.5% of the initial budget) shown in Table 6, the budget available for expenses for the year was estimated at R \$ 67.90 billion, in a conservative stance in the face of an economic scenario of uncertainties.

Regarding execution, R \$ 32.45 billion was paid to the Executive Branch and R \$ 4.91 billion to Other Powers, excluding independent public companies (CEDAE and the Official Press). This amount is 4.6% lower than in the same period of 2017. The difference is mainly explained by the decrease in intra-budgetary expenses. Of the total expenses paid (R \$ 36.14 billion), R \$ 31.68 billion refers to the 2018 budget and R \$ 4.46 billion are Remnants to Pay, of which 67.7% are Personnel.

Among budgetary expenditures, the ERJ Current Expenses settled to date indicated a reduction of 0.2% compared to 2017. It was R \$ 33.63 billion up to this second quarter. The Personnel group executed R \$ 24.41 million, an increase of 2.2% compared to the data for the same period of 2017; as well as the Other Current Expenses group, which presented R \$ 9.15 billion in settled expenses and an increase of 1.5%. Capital expenditures totaled R \$ 749 million, with investments (R \$ 424 million) showing an increase of 70.8% compared to 2017. A significant reduction of expenses occurred in the service of debt (interest and amortization) arising from the Tax Recovery Regime (down 58.1% compared to the previous year).

The analysis of expenditures subject to the minimum execution on percentages of revenue, defined constitutionally or in specific law, is demonstrated in Table 25. In the case of Education, Health and FEHIS, the percentage of application in the period was higher than in 2017, given the increase of tax revenue. However, the FAPERJ index dropped because the execution of expenses was not compatible with the base revenue of calculation of the index, higher than the same period of 2017. In 2018, the percentage destined to FECAM was reduced by the Complementary Law nº 178 of December of 2017 - creator of the State Fund of Investments and Actions of Public Security and Social Development (FISED) - which allocated 5% of the pre-salt revenue, subtracted from the 10% that were previously owed to it. Nevertheless, due to the significant increase in Revenues from Government Participations, there will be no loss in the application of resources in the environmental area, since the expected revenue of this fund for all 2018 is about R \$ 160 million higher than the the 2017 financial year.



I. Economic Outlook

I.I Brazil and Rio de Janeiro.

In the second quarter of 2018, the Gross Domestic Product (GDP) grew 0.2% in relation to the immediately preceding quarter (the seasonal adjustment), the sixth high followed in this comparison, but still indicating stability in growth, as occurred in the two previous quarters. Compared to the second quarter of 2017, GDP increased 1.0%, the lowest positive change in the last four quarters, which confirms the gradual growth of the economy.

A little above the average expected by the market, as a result of the truck drivers' paralysis throughout the country in May and June, the GDP result in the second quarter of 2018 was not lower due to the result obtained by the service sector (+0.3 %), which offset the decline in manufacturing sector (-0.8%) and trade (-0.3%) in the second quarter compared to the previous quarter. On the demand side, household consumption continues to respond to favorable rates of interest and credit, but with no prospect of accelerated growth, as well as the rest of the economy: it was the sixth positive result in the second quarter, but still in the stability level (+ 0.1%), as well as in the last two quarters. Also on the demand side, gross fixed capital formation registered a drop of 1.8% in the second quarter compared to the previous quarter, the first after four consecutive highs. This result of the investment rate suggests that, hardly, GDP growth will reverse a process of stagnation later this year: with the truckers' strike; the still very incipient recovery of domestic activity, especially in construction and services; the political uncertainties surrounding the elections on the need for some reforms; and not least from the more restrictive international context, such as the Argentine crisis and the trade war between the United States and China, expectations for GDP growth in 2018 remain low (+ 1.34%). For 2019, the market expects a rise of 2.49%¹.

More recent data from the IBGE of traditional economic sectors, such as the manufacturing industry, retail trade and services, both for Brazil and the State of Rio de Janeiro, show a different situation in the ERJ in relation to Brazil, which has been occurring since the end of 2017: in Rio, the slow recovery of economic activity has been driven by industry, especially the manufacturing industry; in Brazil, the recovery still goes through the gradual advance of services.

In August, compared to the same month of 2017, the manufacturing industry in the ERJ grew by 8.2% (+ 2.0% in Brazil). In the second four-month period, the results were, respectively, + 8.6% and + 0.6%. And in the accumulated in 2018, increases in the ERJ (+ 7.1%) and in Brazil (+ 2.9%). In Rio, the highlights in 2018 are the vehicle manufacturing, food manufacturing, petroleum products manufacturing and chemicals and pharmaceuticals manufacturing sectors, all of great weight in the industry of Rio de Janeiro and, in large part, export oriented.

¹ Boletim Focus de 19/10/2018.



In retail trade, the figures for the last few months still show a less heated scenario in the ERJ, largely due to the increase in unemployment and informality in the state. In August, the variations in relation to the same month of 2017 in the ERJ and Brazil were, respectively, + 1.1% and + 4.1%. In the second four-month period, the results were, respectively, -0.1% and + 1.8%. Analyzing the disaggregated result, it is possible to see how the high unemployment rates has been influencing the indicator in the annual accumulated: in the segment of supermarkets, more sensitive to income and less to credit, the indicator recorded an increase of 4.9% in Brazil. In the State, the result was 1.0%.

And the services sector, which have higher share of GDP and in the national and state labor market, largely summarizes the slowness in the process of recovery of domestic activity, both in Brazil and in the ERJ. Despite growing 1.5% in August, compared to the same month of 2017, the national indicator has not yet shown a consistent evolution, both in the second four-month period (-0.3%) and in the accumulated in the year (-0.5 %). In the ERJ, the situation was even worse: the month of August fell again in the general indicator (-1.9%), as in the second four-month period (-0.9%) and in the year closed in August (-1.4%). The negative highlights in the state are the most labor-intensive, such as services provided to families and professional and administrative services.

Data of unemployment in PNAD of IBGE show that there are certain similarities between the evolution of the labor market and the services sector and, to a lesser extent, civil construction. In Brazil, the unemployment rate continues to fall very slowly over the last few quarters, closing the second quarter of 2018 at 12.4%, lower than in the second quarter of 2017 (13.0%) and the first quarter of 2018 (13.1%). In ERJ, in addition to a substantially higher rate than the national one in the second quarter of 2018 (15.4%), the indicator remains practically at the same level as in the same period last year (15.6%). In addition, it was consolidated as the 5th highest unemployment rate among all the states, ahead only of Alagoas, Amapá, Bahia, Pernambuco and Sergipe. This reflects, on a large scale, the difficulties faced by the ERJ in labor-intensive sectors such as the services sector and the construction sector.

The National Extended Consumer Price Index (IPCA) rose by 0.48% in September, up from September 2017 (+ 0.16%) and August (-0.09%). It is the highest result for the month since 2015 (+ 0.54%). In the result accumulated in the year in September, the index reached + 3.34%, against + 1.78% in the same period of the previous year. In the year, we highlight the elevations in food and beverages, housing and transport. In the latter two, highlights for electricity and fuels, respectively. Market expectations for the IPCA at the end of 2018 and 2019 are respectively + 4.44% and + 4.22%².

² Boletim Focus de 19/10/2018.



I. Panorama Econômico

I.I O Brasil e Rio de Janeiro.

No 2º trimestre de 2018, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 0,2% em relação ao trimestre imediatamente anterior (realizado o ajuste sazonal), a sexta alta seguida nessa comparação, mas ainda indicando uma estabilidade no crescimento, como ocorreu nos dois trimestres anteriores. Na comparação com o 2º trimestre de 2017, o PIB avançou 1,0%, a menor variação positiva dos últimos quatro trimestres nessa comparação, o que reforça o avanço gradual do crescimento da economia nacional.

Um pouco acima da média esperada pelo mercado, em função da paralização dos caminhoneiros em todo o país em maio e junho, o resultado do PIB no 2º trimestre de 2018 não foi menor em virtude do resultado obtido pelo setor de serviços (+0,3%), que compensou a queda na indústria de transformação (-0,8%) e no comércio (-0,3%) no 2º trimestre na comparação com o trimestre anterior. Pelo lado da demanda, o consumo das famílias continua respondendo aos estímulos de crédito e juros mais baixos, porém sem perspectivas de crescimento acelerado, assim como o restante da economia: foi o sexto resultado positivo no 2º trimestre, porém ainda em nível de estabilidade (+0,1%), assim como nos últimos dois trimestres. Também pelo lado da demanda, a formação bruta de capital fixo registrou, na comparação com o trimestre anterior, uma queda de 1,8% no 2º trimestre, a primeira após quatro altas seguidas. Esse resultado da taxa de investimento sugere que, dificilmente, o crescimento do PIB irá reverter um processo de estagnação ainda esse ano: com a greve dos caminhoneiros; a recuperação ainda muito incipiente da atividade doméstica, especialmente na construção civil e serviços; as incertezas políticas que cercam as eleições sobre a necessidade da realização de algumas reformas; e, não menos importante, do contexto internacional mais restritivo, como a crise da Argentina e a guerra comercial travada entre os Estados Unidos e a China, as expectativas para o crescimento do PIB em 2018 continuam com viés de baixa (+1,34%). Para 2019, o mercado espera uma alta de 2,49%³.

Dados mais recentes do IBGE de setores econômicos tradicionais, como a indústria de transformação, comércio varejista e serviços, tanto para o Brasil quanto para o Estado do Rio de Janeiro, mostram uma situação distinta no ERJ em relação ao Brasil, e que vem ocorrendo desde o fim de 2017: no Rio, a recuperação lenta da atividade econômica vem sendo puxada pela indústria, especialmente a indústria de transformação; no Brasil, a recuperação ainda passa pelo avanço gradual em serviços.

Em agosto, na comparação com o mesmo mês de 2017, a indústria de transformação no ERJ cresceu 8,2% (+2,0% no Brasil). No 2º quadrimestre, os resultados foram de, respectivamente, +8,6% e +0,6%. E no acumulado no ano de 2018, novas altas no ERJ (+7,1%) e no Brasil (+2,9%). No Rio, os

³ Boletim Focus de 19/10/2018.



destaques em 2018 são os segmentos de fabricação de veículos, fabricação de produtos alimentícios, fabricação de coque e produtos derivados do petróleo e fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, todos de grande peso na indústria fluminense e em grande parte voltados para a exportação.

No comércio varejista (restrito), os números dos últimos meses ainda mostram um cenário menos aquecido no ERJ, muito em função do aumento do desemprego e informalidade no Estado. Em agosto, as variações em relação ao mesmo mês de 2017 no ERJ e Brasil foram de, respectivamente, +1,1% e +4,1%. No 2º quadrimestre, os resultados foram de, respectivamente, -0,1% e +1,8%. Analisando o resultado desagregado, é possível perceber como o mercado de trabalho ainda muito ocioso vem influenciando o indicador no acumulado anual: no segmento de supermercados, mais sensível à renda e menos ao crédito, o indicador registrou alta de 4,9% no Brasil. No Estado, o resultado foi de 1,0%.

E o setor de serviços, de maior peso no PIB e no mercado de trabalho nacional e fluminense, resume em grande parte a lentidão no processo de recuperação da atividade doméstica, tanto no Brasil quanto no ERJ. Mesmo crescendo 1,5% em agosto, na comparação com o mesmo mês de 2017, o indicador nacional não conseguiu ainda mostrar uma evolução consistente, tanto no 2º quadrimestre (-0,3%) quanto no acumulado no ano (-0,5%). No ERJ, situação ainda pior: o mês de agosto voltou a registrar queda no indicador geral (-1,9%), assim como no 2º quadrimestre (-0,9%) e no ano fechado em agosto (-1,4%). Os destaques negativos no Estado são os mais intensivos em mão de obra, como os serviços prestados às famílias e os serviços profissionais e administrativos.

Dados de desemprego da PNAD Contínua do IBGE mostram que há certas similaridades entre a evolução do mercado de trabalho e o setor de serviços e, em menor proporção, da construção civil. No Brasil, a taxa de desocupação continua caindo muito lentamente ao longo dos últimos trimestres, fechando o 2º trimestre de 2018 em 12,4%, abaixo do verificado no 2º trimestre de 2017 (13,0%) e do 1º trimestre de 2018 (13,1%). No ERJ, além de uma taxa substancialmente superior à nacional no 2º trimestre de 2018 (15,4%), o indicador continua praticamente no mesmo nível da taxa registrada no mesmo período do ano anterior (15,6%). Além disso, se consolidou como a 5ª maior taxa de desemprego entre todos os estados, à frente apenas de Alagoas, Amapá, Bahia, Pernambuco e Sergipe. Isso reflete, em grande escala, as dificuldades enfrentadas no ERJ em setores intensivos em mão de obra, como o setor de serviços e o setor de construção civil.

O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) subiu 0,48% em setembro, acima do mês de setembro de 2017 (+0,16%) e do mês de agosto de 2018 (-0,09%). É o maior resultado para o mês desde 2015 (+0,54%). No resultado acumulado no ano em setembro, o índice alcançou +3,34%, contra +1,78% no mesmo período do ano anterior. No ano, destaque para as elevações em alimentação e bebidas, habitação e transportes. Nestes dois últimos, destaques para energia elétrica e combustíveis,



respectivamente. Expectativas de mercado para o IPCA ao final de 2018 e 2019 são de, respectivamente, +4,44% e +4,22%⁴.

⁴ Boletim Focus de 19/10/2018.



II. Metas Quadrimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

Aprovada a Lei de Orçamento Anual, nos termos do que dispõe a LRF, cabe à SEFAZ estabelecer e divulgar as Metas de Arrecadação e o Cronograma Mensal de Desembolso. A Tabela 1 a seguir demonstra as metas de arrecadação para o 2º quadrimestre de 2018, divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ nº 209 de 06 de fevereiro de 2018, que considera a Receita Bruta arrecadada no período, aí incluídos os valores de transferências aos Municípios e ao FUNDEB, que requereram R\$ 5.728,57.

Cabe lembrar que a Lei Orçamentária Anual aprovada para o exercício de 2018 evidencia um déficit de R\$ 10 bilhões.

As Metas de Receita divulgadas na Resolução acima citada e apresentadas nas tabelas aqui em análise refletem a nova expectativa de Receita, cuja estimativa foi revista à luz da atualização dos indicadores macroeconômicos. Reproduzem a Receita esperada para o exercício descrita na Nota Técnica Conjunta SEFAZ/SUPOF e SUBPLO nº 01 de fevereiro de 2018, disponível em www.transparencia.rj.gov.br.

Para atender a relação Receita X Despesa, a estimativa da Receita é revista sempre que o acompanhamento de sua realização assim exigir.

No decorrer do 2º quadrimestre já foram editadas duas Notas Técnicas: a Nota Técnica SUPOF/SEFAZ nº 21 de 22/08/2018 que atualiza a Receita de Participações Governamentais e a Nota Técnica SUPOF/SEFAZ nº 04 de 09/05/2018 que atualiza a expectativa das Receitas próprias do ERJ, chamadas de Receitas do Tesouro.

Atendendo ao princípio do conservadorismo, dentro de um cenário de incertezas, a atualização da Receita é fundamental para orientar a liberação do orçamento.

- Receita Total Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 28.781,11 milhões / 104,1% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 58.855,74 milhões / 109,9% da meta realizada.

**Tabela 1**

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2018	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2018	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2018	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2018	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	23.846,01	28.678,97	120,3%	49.177,46	55.886,07	113,6%
RECEITAS DE CAPITAL(1)	3.812,91	102,14	2,7%	4.372,36	2.969,67	67,9%
TOTAL	27.658,91	28.781,11	104,1%	53.549,82	58.855,74	109,9%

Fonte: SIAFERIO - 17/09/2018.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

O conceito das Receitas Correntes e de Capital e os respectivos desdobramentos de cada uma delas constam de Glossário, anexo a este Boletim.

O ano de 2018 vem apresentando um quadro de leve melhora econômica no país, entretanto, o cenário continua sendo desafiador para o Estado do Rio de Janeiro. A assinatura do Programa de Recuperação Fiscal – PRF, junto ao Governo Federal, permitiu o acesso do ERJ a mecanismos de equilíbrio fiscal, e, aos poucos recuperar o equilíbrio de suas contas públicas. Com as medidas de ajuste fiscal adotadas pelo ERJ, os números da receita já apontam, melhora do cenário.

A Receita Realizada, no 2º quadrimestre de 2018, atingiu R\$ 28.781,11 milhões, valor 4,1% superior à meta prevista para o período; em valores absolutos R\$ 1.122,2 milhões. As Receitas Correntes tiveram destaque e representaram quase 100% da meta do período e registraram o montante de R\$ 28.678,97, o que equivale a 120,3% da meta proposta. Já as Receitas de Capital somaram o valor de R\$ 102,14 milhões apenas 2,7% do previsto para o quadrimestre. Esses números serão analisados detalhadamente mais adiante.

No acumulado, até agosto, a receita total realizada alcançou 109,9% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 58.855,74 milhões. A superação da meta da receita prevista para o período ocorreu devido ao desempenho das Receitas Correntes as quais alcançaram 113,6% da meta prevista para o período, em valores absolutos, R\$

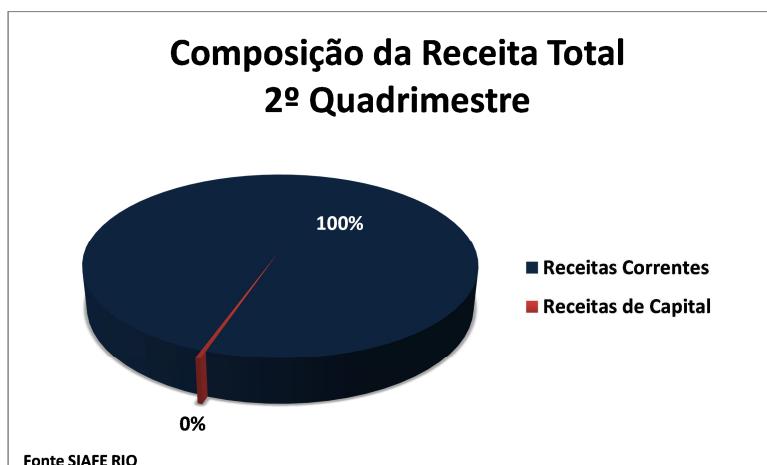
A receita total realizada, no 2º quadrimestre de 2018 atingiu 104,1% da meta e somou o montante de \$ 28.781,11 milhões.



55.886,07 milhões. Já as Receitas de Capital totalizaram R\$ 2.969,67 milhões o que corresponde a 67,9% da meta estabelecida para o período.

O Gráfico 1 exibe a participação das respectivas Receitas Corrente e de Capital no total arrecadado pelo Estado. Bem como a Tabela 2 e a Tabela 3 discriminam, por Origem, os recursos arrecadados em cada Categoria Econômica, Corrente e Capital. O Gráfico 2 detalha a Receita Corrente por Origem e a participação de cada uma delas no total realizado. Já o Gráfico 3 exibe a evolução da Receita Corrente acumulada.

Gráfico 1



- Receita Corrente Realizada

Quadrimestre: R\$ 28.678,97 milhões / 120,3% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 55.886,07 milhões / 113,6% da meta realizada.

**Tabela 2**

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2018	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2018	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2018	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2018	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	23.846,01	28.678,97	120,3%	49.177,46	55.886,07	113,6%
TRIBUTÁRIA	16.069,35	16.860,27	104,9%	33.491,18	35.505,22	106,0%
CONTRIBUIÇÕES	822,14	993,76	120,9%	1.643,87	1.875,59	114,1%
PATRIMONIAL	2.594,14	6.300,39	242,9%	5.205,10	9.511,98	182,7%
AGROPECUÁRIA	0,11	0,01	13,8%	0,21	0,04	17,8%
INDUSTRIAL	52,39	32,58	62,2%	104,77	33,95	32,4%
SERVIÇOS	119,88	126,64	105,6%	235,72	208,21	88,3%
TRANSF. CORRENTES	2.152,79	2.161,27	100,4%	4.376,05	4.473,02	102,2%
OUTRAS	478,35	478,56	100,0%	963,67	853,97	88,6%
INTRAORÇAMENTÁRIA	1.556,86	1.725,50	110,8%	3.156,89	3.424,11	108,5%

Fonte: SIAFERIO - 17/09/2018.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

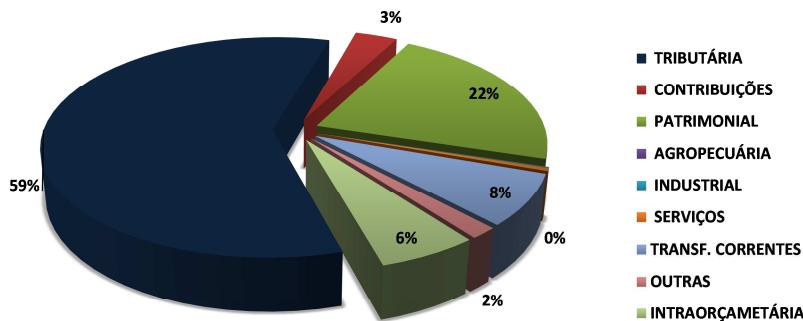
No âmbito das Receitas Correntes, no quadrimestre, cabe observar o desempenho das Receitas Patrimonial e Tributária. A Receita Patrimonial registrou R\$ 6.300,39 milhões, 242,9% da meta. Esta performance foi fruto da combinação do aumento da produção do petróleo e da cotação do dólar e do Brent no mercado internacional (vide Tabela 14 desse Boletim) que gerou ao Estado, no período, o total de R\$ 5.985,37 milhões em Royalties e Participações Especiais.

Já a Receita Tributária totalizou R\$ 16.860,27 milhões, 104,9% da meta estabelecida. Entre os tributos do ERJ, o ICMS, principal fonte de receita do Estado, arrecadou R\$ 12.276,69 milhões, 9,8% acima da meta determinada. O resultado aponta uma melhora gradual da economia fluminense, indicando que o estágio mais profundo da crise foi superado. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV, deste Boletim.

A Receita Corrente alcançou, no 2º quadrimestre de 2018, o valor de R\$ 28.678,97 milhões.



Gráfico 2

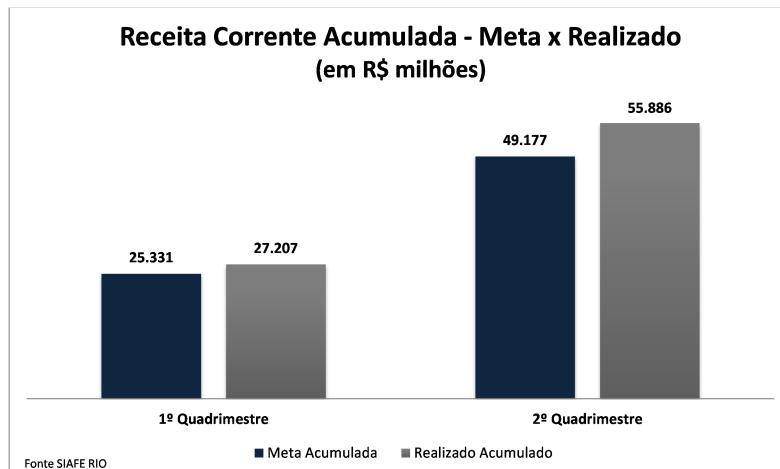
**Composição da Receita Corrente Realizada
1º Quadrimestre**

Fonte SIAFE RIO

Com relação ao resultado acumulado no período de janeiro a agosto/2018, as Receitas Correntes totalizaram R\$ 55.886,07 milhões, o que equivale a 113,6% da meta estipulada. Este resultado foi alcançado devido, principalmente, ao desempenho arrecadatório das Receitas Tributária e Patrimonial que excederam a meta em 6,0% e 82,7% respectivamente. A primeira arrecadou até agosto R\$ 35.505,22, enquanto a outra atingiu o valor de R\$ 9.511,98. Como mencionado anteriormente, a Receita Tributária, no ano de 2018, foi influenciada pela sensível melhora do cenário econômico do Estado do Rio de Janeiro e pelos resultados já alcançados de algumas Medidas de Ajuste autorizadas no Plano de Recuperação Fiscal - PRF, dentre elas alteração de alíquotas do ICMS, em que pese a redução da alíquota do óleo diesel em decorrência da greve dos caminhoneiros. Inclui-se ainda o realinhamento das alíquotas do ITD. Já as Receitas Patrimoniais foram impulsionadas por fatores ligados ao petróleo.



Gráfico 3



- Receita de Capital Realizada X Metas Estabelecidas

Quadrimestre: R\$ 102,14 milhões / 2,7% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 2.969,67 milhões / 67,9% da meta realizada.

Tabela 3

METAS DE ARRECADAÇÃO DA RECEITA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM 2018.

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (MAI - AGO) 2018	RECEITA REALIZADA (MAI - AGO) 2018	% REALIZADO SOBRE A META DO QUADRIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - AGO) 2018	RECEITA REALIZADA (JAN - AGO) 2018	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	3.812,91	102,14	2,7%	4.372,36	2.969,67	67,9%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.683,76	55,48	1,5%	4.068,80	979,09	24,1%
ALIENAÇÃO DE BENS	6,36	0,08	1,2%	12,69	1.871,32	14.749,8%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	28,10	42,42	151,0%	54,20	82,87	152,9%
TRANSF. CAPITAL	94,69	4,07	4,3%	236,68	36,26	15,3%
OUTRAS		0,00	-		0,00	-
INTRAORÇAMENTÁRIA		0,09	-		0,13	-

Fonte: SIAFERO - 17/09/2018.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

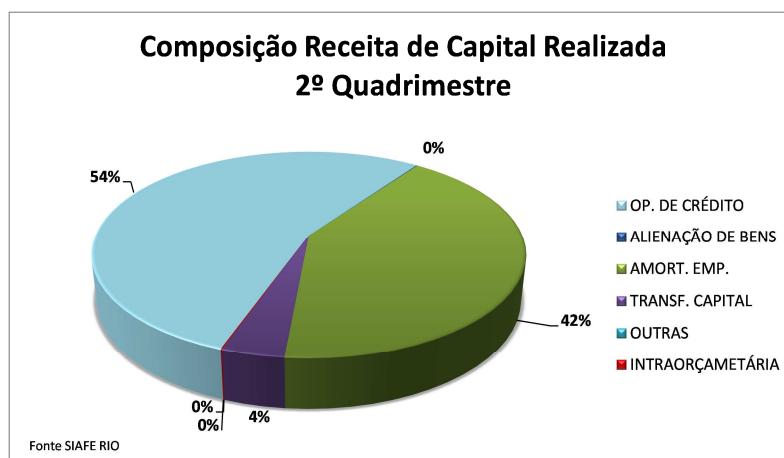
No 2º quadrimestre de 2018, as Receitas de Capital realizaram 2,7% da meta estimada para o período. Em valores absolutos: R\$ 102,14 milhões.



O resultado apresentado pelas Receitas de Capital ocorreu, principalmente, devido ao fraco desembolso de operações de crédito já contratadas, além da não realização de duas operações de crédito, previstas no PRF que não foram formalizadas por conta de atrasos nos seus respectivos trâmites administrativos: a operação para Modernização da Estrutura Fazendária, no valor de R\$ 250 milhões e a operação para a realização do leilão reverso dos Restos a Pagar no valor de R\$ 3 bilhões.

A partir do Gráfico 4 é possível visualizar o detalhamento da Receita de Capital por origem e, também, a participação de cada uma delas no total realizado. Já o Gráfico 5 demonstra a evolução da Receita de Capital acumulada nos dois quadrimestres de 2018.

Gráfico 4



O resultado acumulado das Receitas de Capital totalizou R\$ 2.969,67 milhões, 67,9% da meta do período. Destaca-se que o valor da Receita realizada de R\$ 1.871,25 milhões, registrado no 1º quadrimestre em Alienação de Bens, referente à cessão definitiva de crédito de Royalties e Participação Especial, foi inicialmente classificado nas Receitas Correntes, distorcendo assim a análise em questão.

Expurgando essa receita da análise, observa-se que o desempenho das Receitas de Capital terminou o quadrimestre com um percentual de 25% frente à Meta proposta.

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 2.867,54 milhões no 1º quadrimestre 2018, o que representa 512,6% da meta proposta.



A não realização das Operações de Crédito previstas para 2018, conforme mencionado, contribuiu negativamente para o alcance da Meta da Receita de Capital no quadrimestre e no acumulado do ano.

Gráfico 5



Informações mais detalhadas estão comentadas na seção IV.II deste Boletim.

III. Resultados Fiscais⁵

Neste item, o montante da Receita não considera as Transferências aos Municípios e ao FUNDEB, por tratar-se de cumprimento de obrigação constitucional e legal.

A receita segue demonstrada pelo valor líquido com objetivo de evidenciar o financiamento dos gastos do Estado e sua capacidade de cumprir os pagamentos devidos.

III.I Resultado Orçamentário

Quadrimestre: R\$ 4.147,38 milhões / 234,1%

Acumulado: R\$ 9.070,09 milhões / 400,9%

⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº 42/2010.



Tabela 4

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2017 - 2018.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (MAI - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		(R\$ milhões)
	2017	2018		2017	2018	
I. RECEITA TOTAL (A)	19.991,29	23.032,19	15,2%	40.136,26	46.433,22	15,7%
I.1 RECEITA CORRENTE	17.999,69	21.204,55	17,8%	34.535,62	40.039,44	15,9%
I.2 RECEITA DE CAPITAL	97,60	102,05	4,6%	961,28	2.969,55	208,9%
I.3 RECEITA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.893,99	1.725,58	-8,9%	4.639,36	3.424,24	-26,2%
II. DESPESA TOTAL (B)	18.823,80	18.882,71	0,3%	38.890,84	37.355,91	-3,9%
II.1 DESPESA CORRENTE	16.881,13	16.855,51	-0,2%	33.702,55	33.629,89	-0,2%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	369,61	444,54	20,3%	802,97	741,45	-7,7%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.573,06	1.582,66	0,6%	4.385,32	2.984,57	-31,9%
III. AMORT. DA DÍV. / REFINANCIAMENTO	40,56	2,09	-	199,82	7,21	-
RES. ORÇAMENTÁRIO	1.126,93	4.147,38	268,0%	1.045,61	9.070,09	767,4%

Fonte: RREO - 4º Bimestre de 2018 emitido em 19/09/2018

O resultado orçamentário reflete o balanço orçamentário, relação numérica, entre as receitas e as despesas realizadas, que pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 2º quadrimestre de 2018, foi positivo em R\$ 4.147,38 milhões, superior 268,0% quando comparado ao mesmo período de 2017. Este resultado é fruto do esforço fiscal efetuado pelo ERJ no intuito de vencer a forte crise que o acometeu nos últimos anos. Cabe observar o rigoroso controle do Caixa, e as medidas adotadas pelo ERJ, em função da assinatura do Plano de Recuperação Fiscal, fundamentais para a gradual melhora da situação fiscal do Estado.

As receitas, no quadrimestre, totalizaram R\$ 23.032,19 milhões, 15,2% superior quando comparadas ao 2º quadrimestre de 2017. A despesa foi de R\$ 18.882,71 milhões, 0,3% superior ao alcançado no 2º quadrimestre do ano anterior. As Receitas Correntes realizaram R\$ 21.204,55 milhões, enquanto as Despesas Correntes R\$ 16.855,51 milhões, gerando um superávit corrente de R\$ 4.349,04 milhões. Já as Receitas de Capital, totalizaram R\$ 102,05 milhões enquanto as respectivas Despesas somaram R\$ 444,54 milhões, registrando um déficit de capital de R\$ 342,49 milhões.

No acumulado de 2018, embora aparente, o resultado orçamentário foi superavitário em R\$ 9.070,09; 767,4% superior quando comparado ao mesmo período do ano anterior. As receitas correntes realizaram R\$ 40.039,44 milhões, enquanto as despesas correntes R\$ 33.629,89 milhões, resultando um superávit corrente de R\$

O resultado orçamentário, no 2º quadrimestre de 2018 foi superavitário em R\$ 4.147,38 milhões.



6.409,55 milhões fruto do descompasso entre receita realizada e despesa executada, embora empenhada e ainda não liquidada.

Cabe lembrar que o resultado orçamentário não indica disponibilidade de recursos uma vez que a receita realizada no ano é utilizada para pagar também os Restos a Pagar inscritos em anos anteriores.

Já as Receitas de Capital somaram R\$ 2.969,55 milhões e as respectivas despesas totalizaram R\$ 741,45 milhões, levando a um aparente superávit de capital de R\$ 2.228,10 milhões, uma vez que R\$1.800 milhões referente à receita antecipada de Royalties Alienação de Ativos foi aplicada no pagamento de inativos, conforme legislação que regulamenta a matéria.



III.II Resultado Primário

Quadrimestre: R\$ 1.265,86 milhões / 159,9%

Acumulado: R\$ 5.716,32 milhões / 437,1%

Tabela 5

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO 2017-2018

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIM (MAI - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN-AGO)		(R\$ milhões)
	2017	2018		2017	2018	
RECEITAS TOTAL	19.991,29	23.032,19	15,2%	40.136,26	46.433,22	15,7%
RECEITAS FINANCEIRAS	211,53	2.944,66	1292,1%	577,50	3.297,32	471,0%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.893,99	1.725,58	-8,9%	4.639,36	3.424,24	-26,2%
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	17.885,76	18.361,94	2,7%	34.919,40	39.711,66	13,7%
DESPESAS TOTAL	18.864,36	18.884,80	0,1%	39.090,65	37.363,12	-4,4%
DESPESAS FINANCEIRAS	1.063,82	206,06	-80,6%	1.549,99	383,20	-75,3%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.573,06	1.582,66	0,6%	4.385,32	2.984,57	-31,9%
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (B)	16.227,48	17.096,08	5,4%	33.155,34	33.995,35	2,5%
RESULTADO PRIMÁRIO	1.658,29	1.265,86	-23,7%	1.764,06	5.716,32	224,0%

Fonte: RREO - 4º Bimestre de 2018 emitido em 19/09/2018

Resultado Primário conforme o modelo da 7ª edição do MDF

O Resultado Primário retrata a capacidade de pagamento do Ente para cumprir seus compromissos. É calculado pela diferença entre as receitas não financeiras (não inclui recursos provenientes de operações de crédito, de receitas financeiras e de alienação) e as despesas não financeiras (exclui despesas com o serviço da dívida).

No 2º quadrimestre, o Resultado Primário foi positivo. A receita primária foi superior a despesa primária em R\$ 1.265,86 milhões. Em relação a 2017, observa-se uma variação negativa de 23,7% no mesmo período.

No acumulado, o Resultado Primário foi superavitário em R\$ 5.716,32 milhões, com uma variação positiva de 224,0% frente a 2017. As receitas primárias totais somaram R\$ 39.711,66 milhões enquanto as despesas primárias totais, R\$ 33.995,35 milhões. Isto é resultado da despesa estar represada no fluxo de sua execução, assim como do fato do ERJ estar dispensado do pagamento do serviço da dívida durante três anos. Durante esse período a realização de medidas pontuais e estruturantes previstas no PRF, aliadas à redução de despesas, deverão dar sustentabilidade ao pagamento da dívida a partir de 2020.



Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 19,13 bilhões / 16,9%⁶

Até este segundo quadrimestre, a dotação autorizada aumentou R\$ 6,18 bilhões (um aumento de 8,4%) em razão de incorporação de superávit financeiro, excesso de arrecadação decorrente da melhora no desempenho das receitas de royalties e abertura de créditos orçamentários. Além disso, do orçamento autorizado (R\$ 79,40 bilhões), R\$ 11,51 bilhões permaneceram contingenciados (14,5%) por medida de cautela, atendendo à expectativa de receita e o atual momento econômico do Estado e da Federação, ainda revestido de incertezas. A Tabela 6 sintetiza os dados apresentados.

Essa análise não considera os valores referentes às empresas controladas não dependentes (CEDAE e Imprensa Oficial), mas inclui as despesas intraorçamentárias.

Até o segundo quadrimestre do ano, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 210 de 2018), foi de R\$ 40,00 bilhões. Neste período, a despesa total realizada (R\$ 36,14 bilhões) mostrou-se um pouco abaixo da estimada: uma variação negativa de 9,7%, que representa uma execução a menor de R\$ 3,87 bilhões.

Do total pago até Agosto, uma parcela equivale ao RP (Restos a Pagar) do exercício anterior. Do montante inscrito (estoque de R\$ 10,48 bilhões), 42,6% foram pagos (R\$ 4,46 bilhões). Esse valor correspondeu a aproximadamente 12,3% do total de despesa executada até o segundo quadrimestre.

A Tabela 7 sintetiza a execução orçamentária e financeira do período de acordo com a meta de execução.

Tabela 6 – LOA até o 2º Quadrimestre 2018

Lei Orçamentária do RJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - AGOSTO			
DOTAÇÃO	INICIAL	73.225.559.257	
	ATUAL	79.403.866.720	8,4%
	DISPONÍVEL	67.896.067.653	85,5%
CONTINGENCIADO		11.507.799.067	14,5%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		6.178.307.463	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

*Exclui as Empresas Independentes (CEDAE, Imprensa Oficial)

⁶As informações representam a execução até o quadrimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

**Tabela 7 – Cronograma de Desembolso**

GRUPO DE DESPESA	JANEIRO A AGOSTO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2017 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL e ENCARGOS SOCIAIS	23.391	22.704	3.018	25.721	10,0%
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.721	8.232	1.349	9.581	-18,3%
INVESTIMENTOS /INVERSÕES	4.530	358	84	442	-90,2%
JUROS e ENC. DA DÍVIDA/AMORTIZAÇÕES	361	383	9	392	8,6%
TOTAL	40.004	31.677	4.460	36.136	-9,7%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 210 de 06/02/2018, publicado no D.O. de 08/02/2018.

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2017

Na análise por grupo de despesa, as despesas pagas com Investimentos / Inversões Financeiras registraram um grau de execução bem abaixo do esperado, uma vez que, em sua maior parte, são financiados com operações de crédito ou com recursos oriundos de convênios e essas receitas não têm se realizado conforme a previsão.

No grupo de Outras Despesas Correntes, a execução a menor em 18,3% pode ser reflexo da não liquidação da despesa no mês seguinte ao de sua competência, por conta da indisponibilidade financeira para pagamento imediato. Acrescente-se, ainda, a não emissão de Programação de Desembolso (PD) condicionada à liberação de cota financeira, que é autorizada em conformidade com o fluxo de caixa do Tesouro.

Ainda assim, nota-se uma sensível melhora no pagamento das despesas, quando comparado a 2017. O salário dos servidores está regularizado e cota financeira para as despesas de custeio têm sido liberadas com certa regularidade, com destaque para os gastos da área de saúde.

Com essa necessidade de compatibilizar os gastos públicos com a atual capacidade arrecadatória do Estado, as despesas pagas têm sofrido revisões e ajustes, acarretando um realinhamento natural frente à meta elaborada no início do ano.



- Pessoal e Encargos Sociais apresentou uma realização a maior de 10,0% (+R\$ 2,33 bilhões). Do montante pago, R\$ 3,02 bilhões (11,7% do total registrado no grupo) foram de Restos a Pagar. Dos R\$ 25,72 bilhões de despesas realizadas até o segundo quadrimestre, R\$ 11,04 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 4,08 bilhões em Segurança Pública e R\$ 2,13 bilhões em Educação.
- Outras Despesas Correntes apresentaram execução inferior à meta em 18,3% (-R\$ 2,14 bilhões). Nesse grupo, o gasto com Restos a Pagar - RP de 2017 também foi expressivo (R\$ 1,35 bilhão) representando 14,1% do total de despesa realizada. Dos R\$ 9,58 bilhões de despesas orçamentárias realizadas até agosto, R\$ 1,81 bilhão foi gasto na Previdência Social, R\$ 1,32 bilhão em Saúde e R\$ 1,30 bilhão em Encargos Especiais.
- As despesas pagas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras foram ínfimas, uma vez que o ERJ ainda passa por um período de recuperação fiscal e sem recursos para novos investimentos, além do fraco desembolso das operações de créditos já contratadas cujos recursos disponíveis em conta corrente foram atingidos por arrestos pelo Poder Judiciário e ainda não totalmente devolvidos pelo Tesouro por indisponibilidade financeira. Excluído o pagamento de Restos a Pagar, R\$ 81,14 milhões foram executados na função Segurança Pública, R\$ 53,41 milhões na área de Urbanismo e R\$ 46,73 milhões na função Judiciária.
- Por fim, as despesas totais pagas no grupo Serviço da Dívida⁷ (Juros e Encargos somados com a Amortização do principal) contabilizaram R\$ 392 milhões, dos quais R\$ 370,05 milhões foram na função de Encargos Especiais, R\$ 5,68 milhões em Transporte e R\$ 2,37 milhões na Função Agricultura.

As despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no próximo item deste Boletim (parte V).

⁷ O pagamento do serviço da dívida pública está suspenso por conta do RRF; essa disponibilidade financeira tem permitido adimplir outras dívidas de pessoal e de custeio.

**IV. Receita Estadual⁸⁹**

Quadrimestre: R\$ 28.781,11 milhões / + 15,6%¹⁰
 Acumulado: R\$ 58.212,91 milhões / + 14,9%

Tabela 8
 DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2017/2018.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
Total	19.991,29	23.032,19	15,2%	40.136,26	46.433,22	15,7%
REC.CORRENTE	22.898,17	26.953,48	17,7%	45.612,26	52.461,96	15,0%
REC. CAPITAL	97,60	102,05	4,6%	961,28	2.969,55	208,9%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.893,99	1.725,58	-8,9%	4.639,36	3.424,24	-26,2%
DEDUÇÕES (REF. A REC. CORRENTE)	-4.898,48	-5.748,93	17,4%	-11.076,64	-12.422,52	12,2%

Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018.

A Tabela 8 demonstra a Receita Total líquida arrecadada pelo Estado apresentando, no segundo quadrimestre de 2018, acréscimo de R\$ 3.040,90 milhões, nas Receitas Correntes.

O resultado acumulado apresentou acréscimo de R\$ 6.296,95 milhões, suportado pelos resultados acumulados, tanto da Receita Corrente quanto da Receita de Capital.

Os desempenhos da Receita Corrente e da Receita de Capital, serão analisados nas seções IV.I e IV.II, respectivamente.

O resultado acumulado da Receita Estadual cresceu 15,7% (+ R\$ 6.296,95 milhões), com desempenhos positivos, tanto para a Receita Corrente (+R\$ 6.849,70 milhões) quanto de Capital (+R\$ 2.008,26 milhões).

⁸ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

⁹ A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 40 do art. 11 da Lei no 4.320, de 1964. No âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. (Fonte:MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, cujo detalhamento é apresentado no Glossário deste Boletim.

¹⁰ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

**IV.I Receitas Correntes**

Quadrimestre: R\$ 26.953,48 milhões / +17,7%
 Acumulado: R\$ 52.461,96 milhões / + 15,0%

Tabela 9
RECEITA CORRENTE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
REC. CORRENTE	22.898,17	26.953,48	17,7%	45.612,26	52.461,96	15,0%
TRIBUTÁRIA	14.639,54	16.860,27	15,2%	31.499,47	35.505,22	12,7%
CONTRIBUIÇÕES	922,38	993,76	7,7%	1.478,04	1.875,59	26,9%
PATRIMONIAL	4.616,20	6.300,39	36,5%	6.818,48	9.511,98	39,5%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	74,0%	0,02	0,04	147,4%
INDUSTRIAL	36,62	32,58	-11,0%	60,49	33,95	-43,9%
DE SERVIÇOS	120,79	126,64	4,8%	213,48	208,21	-2,5%
TRANSF. CORRENTES	1.962,46	2.161,27	10,1%	4.071,18	4.473,02	9,9%
OUTRAS CORRENTES	600,17	478,56	-20,3%	1.471,11	853,97	-42,0%

Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018.

A Receita Tributária e a Receita Patrimonial figuraram como as principais causas da variação positiva da Receita Corrente (+ R\$ 4.055,31 milhões) durante o 2º quadrimestre de 2018.

O resultado acumulado até o 2º quadrimestre se dá por conta das Receitas Tributária e Patrimonial, acréscimo de R\$ 6.849,70 milhões nas Receitas Correntes.

Importante ressaltar as mudanças na classificação orçamentária por Natureza de Receita, que reposicionou várias rubricas relativas às Multas, Juros de Mora e Dívida Ativa, entre outras, em novas Naturezas de Receita¹¹ resultando na aparente redução das Outras Receitas Correntes.

No comparativo com 2017, as Receitas Correntes apresentaram comportamento positivo, sendo os acréscimos das Receitas Tributárias e Patrimoniais as principais fontes dos resultados quadrimestral e acumulado.

¹¹Portaria editada pela Secretaria do Tesouro Nacional-STN

**IV.I.1 Receita Tributária**

Quadrimestre: R\$ 16.860,27 milhões / + 15,2%
Acumulado: R\$ 35.505,22 milhões / + 12,7%

Tabela 10

RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
RECEITA TRIBUTÁRIA	14.639,54	16.860,27	15,2%	31.499,47	35.505,22	12,7%
ICMS	10.362,63	12.276,79	18,5%	21.207,83	23.958,99	13,0%
Adicional do ICMS	1.551,04	1.592,80	2,7%	3.076,98	3.178,43	3,3%
IRRF	1.103,06	1.131,21	2,6%	2.053,61	2.412,22	17,5%
IPVA	404,45	360,06	-11,0%	2.666,16	2.641,15	-0,9%
ITD	325,67	321,87	-1,2%	565,24	740,85	31,1%
Multas e Juros	0,00	180,51	100,0%	0,00	393,00	100,0%
Dívida Ativa	0,00	73,04	100,0%	0,00	145,71	100,0%
Taxas	892,70	923,97	3,5%	1.929,65	2.034,87	5,5%

Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018.

A Receita Tributária arrecadada, no segundo quadrimestre de 2018, apresentou crescimento de R\$ 2.220,72 milhões, em comparação ao mesmo período de 2017. O crescimento nominal deveu-se ao aumento da arrecadação do ICMS, dado o comportamento da atividade econômica fluminense mediante a recuperação da Petrobrás e do realinhamento das alíquotas vigorando desde abril/2017. Ressalta-se novamente nesta edição a mudança na classificação da estrutura de contas das Receitas Tributárias, de acordo com a 7º edição do MCASP (Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público), que passou a incluir, em 2018, as parcelas dos juros, multas de mora e dívida ativa dos tributos, antes classificados como Outras Receitas Correntes. Esse grupo de receitas apresentou valor aproximado de R\$ 253,55 milhões no quadrimestre.

No acumulado de janeiro a agosto de 2018, a variação da arrecadação da Receita Tributária foi positiva em R\$ 4.005,75 milhões, comparativamente ao ano anterior. Tal aumento foi resultado da arrecadação do ICMS e do IRRF. Destaca-se que as Multas, Juros e Dívida Ativa dos tributos não compuseram as

O Estado do Rio de Janeiro importou, neste 2º quadrimestre, quatro plataformas de petróleo incrementando a arrecadação do ICMS importação e, consequentemente, a Receita Tributária em R\$ 660 milhões.



Receitas Tributárias em 2017, o que inflou a base de comparação destas receitas em R\$ 538,71 milhões no acumulado.

-Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):

2º Quadrimestre: R\$ 12.276,79 milhões / + 18,5%

Acumulado: R\$ 23.958,99 milhões / + 13,0%

A arrecadação de ICMS apresentou variação expressiva no segundo quadrimestre de 2018, com acréscimo R\$ 1.914,16 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior¹². Cumpre salientar a importação de quatro novas plataformas pela Petrobrás, a qual gerou receita de ICMS extraordinária de aproximadamente R\$ 660 milhões em julho e agosto.

No acumulado, o crescimento do ICMS foi de R\$ 2.751,16 milhões. Ressalta-se a receita extraordinária no período que inclui cinco plataformas importadas pela Petrobrás, perfazendo um total de ICMS de R\$ 900 milhões.

O ICMS, a seguir, é analisado por setor econômico através da classificação disponível no Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda (Fonte: IBM Cognos Viewer - Arrecadação por Seção e Divisão). Destacam-se os grupos que obtiveram maior participação no total das receitas do ICMS:

ICMS Indústrias de Transformação (Participação Acumulada → 28,24%)

2º Quadrimestre: + 38,06%

Acumulado: + 20,28%

A variação positiva quadrimestral e acumulada da respectiva seção foi significativamente influenciada pelos setores de Fabricação de Coque, de Produtos Derivados de Petróleo e de Biocombustíveis e de Metalurgia.

ICMS Eletricidade e Gás (Participação Acumulada → 18,32%)

2º Quadrimestre: + 33,61%

Acumulado: + 18,26%

¹² Arrecadação extraída do Sistema Integrado de Gestão Orçamentária, Financeira e Contábil do Rio de Janeiro – SIAFE-RIO.



O crescimento do ICMS relacionado à Eletricidade e Gás está diretamente ligado à Distribuição de Energia Elétrica.

ICMS Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas (Participação Acumulada → 29,07%)

2º Quadrimestre: - 5,01%

Acumulado: + 2,63%

O resultado quadrimestral negativo concentra-se no Comércio por Atacado, exceto Veículos Automotores e Motocicletas. Em caminho oposto, no acumulado, o crescimento da respectiva seção é reflexo do desempenho do Comércio por Atacado, exceto Veículos Automotores e Motocicletas somado ao Comércio Varejista.

ICMS Informação e Comunicação (Participação Acumulada → 9,62%)

2º Quadrimestre: - 20,08%

Acumulado: - 14,49%

O resultado, no quadrimestre e no acumulado, deve-se a Telecomunicações. A queda deste setor está diretamente relacionada aos Serviços de Telefonia Fixa Comutada, Telefonia Móvel Celular, Serviço Móvel Especializado e Operadoras de Televisão por Assinatura por Satélite.

- Adicional do ICMS - FECP (Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais)

2º Quadrimestre: R\$ 1.592,80 milhões / + 2,7%

Acumulado: R\$ 3.178,43 / + 3,3%

A receita do FECP, no 2º quadrimestre de 2018, obteve variação positiva de R\$ 41,77 milhões em relação a 2017. O crescimento desta natureza de receita está diretamente relacionado ao ICMS uma vez que é alíquota adicional desse tributo. O setor que mais contribuiu para a variação foi o de Eletricidade e Gás.

No acumulado, a variação foi positiva em R\$ 101,45 milhões, com destaque para o mesmo setor que influenciou o quadrimestre analisado.

**- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA¹³):**

2º Quadrimestre: R\$ 360,06 milhões / - 11,0%
Acumulado: R\$ 2.641,15 milhões / - 0,9%

No segundo quadrimestre de 2018, o IPVA apresentou queda de R\$ 44,39 milhões em relação a 2017. A arrecadação do imposto apresentou nível mais elevado no mesmo período de 2017, em função da Lei n.º 7.158/2015 (Recupera Rio de Janeiro), do Decreto n.º 45.645/2016 e da Resolução SEFAZ n.º 1.007/2016, que concederam parcelamento e exclusão dos encargos moratórios a contribuintes com dívidas de IPVA, motivando-os a recolher o imposto em 2017, afetando a base comparativa quadrimestral. Soma-se a isso, a entrada em vigência da Lei 7.718/2017 que autorizou a vistoria veicular sem necessidade do contribuinte estar adimplente com o referido imposto. No mesmo sentido, o acumulado acompanhou a tendência de queda, decrescendo em R\$ 25,00 milhões.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):

2º Quadrimestre: R\$ 321,87 milhões / - 1,2%
Acumulado: R\$ 740,85 milhões / + 31,1%

Em comparação ao mesmo período de 2017, a arrecadação do ITD apresentou decréscimo de R\$ 3,80 milhões no quadrimestre. O aumento do imposto derivado do aumento da alíquota não foi suficiente para superar a base comparativa inflada do mesmo período de 2017 dada uma arrecadação excepcional, em agosto do exercício anterior, de aproximadamente R\$ 41 milhões.

No acumulado, a variação positiva do ITD (R\$ 175,60 milhões) se deve, principalmente, ao bom desempenho arrecadatório nos meses de janeiro e fevereiro de 2018 em função da antecipação dos contribuintes à mudança de alíquota do ITD.

No mês de fevereiro de 2018, especificamente, três contribuintes fizeram grandes doações que impactaram positivamente a arrecadação do ITD no acumulado.

¹³De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados, restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

**-Imposto de Renda (IRRF):****2º Quadrimestre: R\$ 1.131,21 milhões / + 2,6%****Acumulado: R\$ 2.412,22 / + 17,5%**

O aumento de R\$ 28,15 milhões do Imposto de Renda no 2º quadrimestre de 2018 e de R\$ 358,61 milhões no acumulado está relacionado aos ajustes no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA em período diverso do exercício anterior. A adaptação do cronograma de repasses é vital ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas. Destaca-se o resultado da arrecadação no mês de julho, elevada como no exercício de 2017, mas em um montante menor.

Tabela 11**COMPARTIVO MULTAS E JUROS E DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIAS – 2017/2018**

DISCRIMINAÇÃO	(R\$ Milhões)					
	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
Multas e Juros *	276,18	264,66	-4,2%	512,67	548,60	7,0%
Dívida Ativa	70,59	73,04	3,5%	130,52	145,71	11,6%

Adaptação feita para poder analisar esses componentes da receita.

*Multas e Juros foram utilizados os valores acessórios das receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes

A Tabela 11 foi criada para permitir a comparação, entre os anos 2017 e 2018, das receitas de Multas e Juros e Dívida Ativa, dada a nova metodologia de classificação das Receitas Tributárias. Somam-se todos os valores presentes de Multas e Juros e Dívida Ativa, independente da origem na classificação contábil atual.

-Multas e Juros:**2º Quadrimestre: R\$ 264,66 milhões / - 4,2%****Acumulado: R\$ 548,60 milhões / + 7,0%**

A Receita de Multas e Juros teve um desempenho pouco abaixo do quadrimestre do exercício anterior, influenciado pelas mudanças legislativas no IPVA (já apresentadas anteriormente), assim como alteração do calendário de pagamento deste tributo, tal modificação gera alterações no fluxo desta receita acessória. Destacamos o resultado positivo quando analisamos o acumulado no exercício.

**- Dívida Ativa:**

2º Quadrimestre: R\$ 73,04 milhões / - 3,5%
Acumulado: R\$ 145,71 milhões / + 11,6%

A Dívida Ativa apresenta resultado superior tanto no quadrimestre quanto no acumulado. Destaca-se o desempenho desta receita acessória relacionada ao principal do ICMS, 29% maior que no exercício anterior no acumulado do ano.

– Taxas:

2º Quadrimestre: R\$ 923,97 milhões / + 3,5%
Acumulado: R\$ 2.034,87 milhões / + 5,5%

Tabela 12

RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
Taxas	892,70	923,97	3,5%	1.929,65	2.034,87	5,5%
Taxas de Fiscalização	111,03	107,82	-2,9%	455,55	474,74	4,2%
Taxa de Fiscalização de Trânsito	82,20	86,96	5,8%	407,56	436,84	7,2%
Outras	28,84	20,86	-27,7%	47,99	37,90	-21,0%
Taxas pela Prestação de Serviços	781,66	816,15	4,4%	1.474,10	1.560,13	5,8%
Emolumentos e Custas Judiciais	181,67	196,92	8,4%	359,92	378,04	5,0%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	151,37	150,70	-0,4%	286,68	290,98	1,5%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	262,71	249,03	-5,2%	613,29	631,34	2,9%
Taxa de Serviços-Prevenção/Extinção de Incêndio	158,64	193,62	22,0%	161,65	207,81	28,6%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	27,27	25,88	-5,1%	52,56	51,95	-1,2%

Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A variação positiva de R\$ 31,28 milhões no quadrimestre foi fruto, principalmente, do aumento da arrecadação das Taxas pela Prestação de Serviço de Prevenção e Extinção de Incêndio. Destaca-se a inclusão, em 2018, das Multas, Juros e Dívida Ativa das Taxas pela Prestação de Serviços de Natureza Fazendária e de Trânsito nas Receitas Tributárias em detrimento das Outras Receitas Correntes os quais adicionaram R\$ 1,08 milhão de maio a agosto de 2018.

No acumulado, a variação positiva de R\$ 105,22 foi alavancada pela Taxa de Fiscalização de Trânsito, pela Taxa pela Prestação de Serviço de Prevenção e Extinção de Incêndio, pelas Taxas de Serviço de Trânsito e Emolumentos e Custas Judiciais.



As Multas, Juros e Dívida Ativa das Taxas de Prestação de Serviços de Natureza Fazendária e de Trânsito representaram R\$ 2,33 milhões.

**IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties**

Quadrimestre: R\$ 6.300,37 milhões / + 36,5%
 Acumulado: R\$ 9.511,96 milhões / + 39,5%

Tabela 13
RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %	(R\$ milhões)
	2017	2018		2017	2018		
	4.616,20	6.300,37	36,5%	6.818,48	9.511,96	39,5%	
RECEITA PATRIMONIAL							
Petróleo	3.060,08	5.985,37	95,6%	5.071,94	8.957,00	76,6%	
Royalties	833,50	1.402,05	68,2%	1.737,02	2.534,61	45,9%	
Part. Especial	2.224,26	4.579,79	105,9%	3.330,13	6.415,99	92,7%	
FEP	2,32	3,53	52,0%	4,79	6,40	33,7%	
Delegação de Serviços Públicos	27,81	8,31	-70,1%	53,32	17,29	-67,6%	
Receitas Financeiras	172,78	254,68	47,4%	307,02	435,43	41,8%	
Outras Rec. Patrimoniais	1.355,53	52,01	-96,2%	1.386,20	102,23	-92,6%	

Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018.

A Receita Patrimonial variou positivamente R\$ 1.684,17 milhões no segundo quadrimestre de 2018 e R\$ 2.693,48 no acumulado do ano. Os acréscimos estão concentrados nas Receitas de Petróleo – Royalties e Participações Especiais.

Ressalta-se a receita extraordinária, realizada em 2017, relativa à Cessão do Direito de Operacionalização da Folha de Pagamentos de Pessoal que, junto com a variação da Selic, somou aos cofres do Estado R\$ 1.319,17 milhões, classificada como Demais Receitas Patrimoniais.

- Petróleo: As receitas pela extração de petróleo e gás cresceram no 2º quadrimestre de 2018 dada a variação positiva do preço do barril, do câmbio, além de pequena variação positiva na produção do pré-sal, cabendo + R\$ 568,55 milhões aos Royalties e + R\$ 2.355,53 milhões às Participações Especiais. No mesmo sentido, no acumulado, as receitas de Royalties cresceram R\$ 797,59 milhões e, as de Participações Especiais, R\$ 3.085,86 milhões.



Tabela 14
Participação Governamental do Petróleo

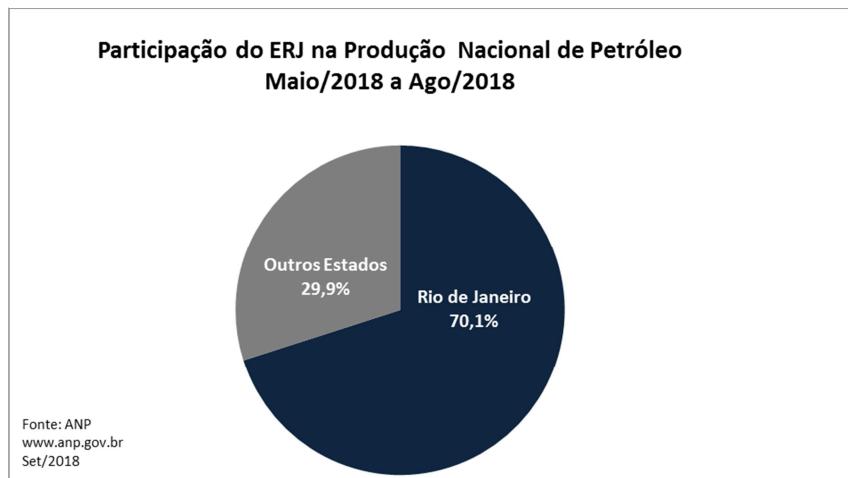
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (MAIO-AGO)		(R\$ milhões)
	2017	2018		2017	2018	
Produção (milhões de m³)	33,71	35,15	4,3%	68,42	69,52	1,6%
Brent (US\$)	50,15	72,38	44,3%	51,01	68,88	35,0%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	3,19	3,52	10,4%	3,22	3,39	5,2%

Fontes: Produção: A Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 2º Quadrimestre de 2018 são apresentados os dados de produção de Março de 2018 a Junho de 2018.

Ainda segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 70,1% da produção total brasileira.

Gráfico 6



- Receitas Financeiras: apresenta acréscimo de R\$ 81,90 milhões em relação ao mesmo quadrimestre do exercício passado, relacionado ao crescimento das receitas referentes à Remuneração dos Recursos do Regime Próprio de Previdência Social aplicados em Renda Fixa.

O acumulado apresentou crescimento de R\$ 128,42 milhões, relacionado ao mesmo fator listado no quadrimestre.

IV.I.3 Demais Receitas Correntes¹⁴

Quadrimestre: R\$ 1.631,54 milhões / + 1,4%
 Acumulado: R\$ 2.971,73 milhões / -3,9%

Tabela 15

DEMAIS RECEITAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
DEMAIS RECEITAS CORRENTES	1.609,38	1.631,54	1,4%	3.092,61	2.971,73	-3,9%
Receita de Contribuições	922,38	993,76	7,7%	1.478,04	1.875,59	26,9%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	74,0%	0,02	0,04	147,4%
Receita Industrial	36,62	32,58	-11,0%	60,49	33,95	-43,9%
Receita de Serviços	120,79	126,64	4,8%	213,48	208,21	-2,5%
Multas e Juros de Mora*	276,18	84,15	-69,5%	512,67	155,60	-69,6%
Dívida Ativa*	70,59	0,00	-100,0%	130,52	0,00	-100,0%
Indenizações e Restituições	94,04	191,73	103,9%	433,47	291,71	-32,7%
Receitas Diversas	159,36	202,66	27,2%	394,45	406,64	3,1%

Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018.

Nota Explicativa: Os valores de Multas, Juros e Dívida Ativa Tributária estão classificados, no exercício de 2018, em Receitas Tributárias segundo a 7º edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público.

As Demais Receitas Correntes, detalhadas na Tabela 15, apresentaram acréscimo de R\$ 22,16 milhões no 2º quadrimestre 2018, influenciado por Receitas de Contribuições, Receitas de Indenizações e Restituições e Receitas Diversas.

No acumulado, houve queda de R\$ 120,88 milhões motivada pelo comportamento de Contribuições e Indenizações e Restituições.

Destaca-se o desempenho de Multas e Juros de Mora que atuou como redutor no total arrecadado em Demais Receitas Correntes, dada a mudança na classificação contábil.

As receitas que as compõem são detalhadas a seguir:

¹⁴ A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964. No âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da receita nos cofres públicos. (Fonte: MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, cujo detalhamento é apresentado no Glossário deste Boletim.



– **Receitas de Contribuições:** são receitas originárias das Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio de Servidores Ativos e Inativos Civis e Militares e sua variação relaciona-se com a folha de pagamento. No 2º quadrimestre de 2018, o crescimento de R\$ 71,37 milhões deve-se ao aumento da alíquota da contribuição previdenciária implementada durante o quadrimestre passado e, em menor escala, em consequência do acerto do fluxo financeiro de repasses entre o Tesouro e o RIOPREVIDÊNCIA.

O acumulado registrou acréscimo de R\$ 397,55 milhões, com as principais variações ocorridas nas mesmas rubricas descritas para o 2º quadrimestre.

– **Receita Industrial:** apresentou queda, concentrando-se na Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários gerada pelo Instituto Vital Brazil. No quadrimestre, a Receita Industrial apresentou retração de R\$ 4,03 milhões. No acumulado a retração se manteve, também concentrada na Indústria de Produtos Farmacêuticos e Veterinários, no valor de - R\$ 26,55 milhões.

– **Receita de Serviços:** O desempenho do Serviço de Informação e Tecnologia e de Serviços de Transporte foram os principais influenciadores do acréscimo na Receita de Serviços (+ R\$ 5,85 milhões), no 2º quadrimestre de 2018.

O resultado acumulado apresentou decréscimo de R\$ 5,27 milhões por conta da menor arrecadação em outras rubricas: Receitas de Serviços de Registro, Certificação e Fiscalização, Receitas de Serviços de Atendimento à Saúde e Receitas de Outros Serviços que, juntas, superaram o bom desempenho de Serviços Administrativos e Comerciais Gerais e Serviços de Transporte.

– **Indenizações e Restituições:** apresentaram crescimento de R\$ 97,69 milhões em relação ao 2º quadrimestre de 2017, influenciado principalmente por acréscimos na Receita de Restituições. São valores restituídos pelo RIOPREVIDÊNCIA referentes a precatórios judiciais de exercícios anteriores. Em menor escala, pode-se acrescentar os resarcimentos referentes ao Pessoal Cedido.

No acumulado do ano, apresentou decréscimo de R\$ 141,76 milhões ainda influenciado pelos R\$ 250,00 milhões resultantes da apuração de



infrações penais pelo Ministério Público Federal, repatriados durante o 1º quadrimestre de 2017, o que distorceu a base comparativa.

– **Multas e Juros de Mora:** a queda de R\$ 192,03 milhões na receita de Multas e Juros de Mora no 2º quadrimestre, em comparação ao mesmo período de 2017, está relacionada à mudança da classificação contábil que transferiu os Juros e Multas de Mora dos Tributos para Receita Tributária no total de R\$ 180,51 milhões em 2018.

O mesmo efeito se repete no resultado acumulado, que decresceu R\$ 357,07 milhões em relação ao acumulado do exercício passado, cabendo aproximadamente R\$ 393,00 milhões às Multas, Juros e Dívida Ativa dos Tributos agora pertencentes à Receita Tributária.

– **Receitas Diversas:** no 2º quadrimestre de 2018, cresceram R\$ 43,30 milhões, relacionadas igualmente às Receitas de Contribuições, dados os ajustes do fluxo de repasses entre o Tesouro e o RIOPREVIDÊNCIA.

No acumulado do ano, registrou-se acréscimo de R\$ 12,19 milhões, pelos mesmos motivos listados acima.

As principais receitas que compõem esse grupo são:

- Os recursos do RIOPREVIDÊNCIA que participam com 20% do valor total da arrecadação desse grupo no quadrimestre, e 24% no ano. Parte são recursos repassados pelo DETRAN, nos termos da Lei 7.391/2016, para adimplir o pagamento de seus inativos e pensionistas que integram o sistema previdenciário gerenciado pelo RIOPREVIDÊNCIA. O restante é originário de Compensações Financeiras entre o Regime Geral e o RPPS;

- Os recursos do Tribunal de Justiça referentes às receitas de arrecadação própria, basicamente as originárias dos Cartórios com 35% de maio a agosto, e 33% no acumulado;

- Os recursos da LOTERJ com 30%, referente a receitas de arrecadação própria, no acumulado 28%: loteria esportiva, venda de bilhetes, apostas, etc.

O restante está pulverizado em diversas Unidades Orçamentárias, sendo essas receitas consideradas também como arrecadação própria, resultado de esforço do órgão no exercício de sua atividade fim.

**IV.I.3.1 Receita de Transferências**

Quadrimestre: R\$ 2.161,27 milhões / +10,1%
Acumulado: R\$ 4.473,02 milhões / +9,9%

Tabela 16

RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	1.962,46	2.161,27	10,1%	4.071,18	4.473,02	9,9%
Transf da União	1.086,04	1.251,56	15,2%	2.210,22	2.600,43	17,7%
FPE	435,30	475,55	9,2%	895,97	978,11	9,2%
IPI exp	217,65	326,94	50,2%	430,16	658,80	53,2%
IOF	0,04	0,02	-61,0%	0,08	0,03	-61,1%
CIDE	20,79	17,94	-13,7%	61,73	56,72	-8,1%
SUS	232,67	237,46	2,1%	449,96	507,12	12,7%
Salário Educação	123,66	112,59	-9,0%	271,73	249,00	-8,4%
Lei Kandir	28,59	28,01	-2,1%	57,18	56,01	-2,1%
Outras Transf. Conv. da União	27,34	53,07	94,1%	43,40	94,64	118,0%
FUNDEB	829,26	866,82	4,5%	1.761,50	1.800,25	2,2%
Convênios	47,14	40,47	-14,2%	99,46	69,90	-29,7%
Outras Transf. Corr.	0,02	2,42	100,0%	0,00	2,44	-169354,9%

Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018.

As Receitas de Transferências apresentaram, no segundo quadrimestre de 2018, acréscimo de 10,1% (+R\$ 198,81 milhões) se comparado ao mesmo período de 2017. Tal resultado tem sua explicação nas Transferências da União.

As Transferências da União foram responsáveis por aproximadamente 57,9% do total das Receitas de Transferências neste 2º quadrimestre de 2018.

Cabe destacar, ainda, as receitas do FUNDEB que registraram aumento de 4,5% (+ R\$ 37,56 milhões). A explicação para tal resultado será abordada separadamente nesse boletim.

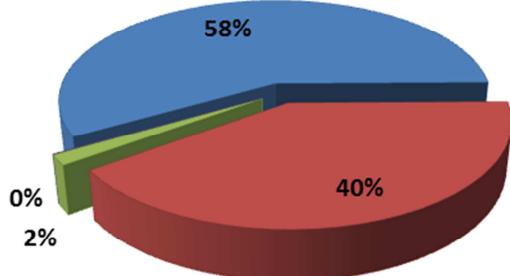
O resultado acumulado das Receitas de Transferências regista R\$ 4.473,02 milhões, acréscimo de 9,9% (+ R\$ 401,83 milhões) em relação ao ano passado. O resultado é justificado, também, pela variação das receitas oriundas das Transferências da União.



Gráfico 7

Composição da Receita de Transferências Acumulado 2018

■ Transf da União ■ FUNDEB ■ Convênios ■ Outras Transf. Corr.



Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018

IV.I.3.2 Transferências da União

A receita desse grupo apresentou aumento de 15,2% (+R\$ 165,53 milhões), em relação ao mesmo quadrimestre de 2017. As receitas de IPI exportação são as responsáveis pelo resultado positivo.

Nesta mesma linha, o resultado acumulado de 2018 totalizou R\$ 2.600,43 milhões, acréscimo de 17,7% (+R\$ 390,20 milhões) se comparado a 2017, também justificado pelo desempenho do IPI exportação.

– **FPE**: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado positivo quadrimestral e acumulado dessa transferência foi consequência do aumento da arrecadação do IR.

Os recursos do 2º quadrimestre do FPE apresentaram aumento de 9,2% (+ R\$ 40,26 milhões) em comparação ao mesmo período de 2017. Tal fato é consequência do acréscimo de arrecadação do IRPJ no item Demais Empresas, esse resultado deve-se, basicamente, ao incremento na arrecadação referente à estimativa mensal, principalmente das empresas não financeiras. No IPI, o destaque é o IPI Vinculado à Importação, resultado decorrente, principalmente, da conjugação dos seguintes fatores: elevação na taxa média de câmbio e do crescimento no valor em dólares (volume) das importações.

No acumulado, o FPE apresentou crescimento de R\$ 82,14 milhões (+ 9,2%) justificado pelos mesmos itens já descritos acima.



-IPI-EXP: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em <https://portal.tcu.gov.br/comunidades/transferencias-constitucionais-e-legais/coeficientes-ipi-exportacao/>.

Nesse quadrimestre a receita apresentou aumento de 50,2% (+ R\$ 109,29 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo do novo coeficiente de participação do IPI- Exportação para o Rio de Janeiro. O percentual que, em 2017, era de 14,946822%, em 2018 foi reajustado para 17,910467%. Ademais, registra-se que no período, também, houve aumento da arrecadação do IPI total.

O acumulado do ano apresentou acréscimo de 53,2% (+ R\$ 228,64 milhões), pelo mesmo motivo já explicado anteriormente.

O resultado positivo da receita na conta IPI-Exportação reflete o aumento do coeficiente relativo à participação do ERJ em 2018.

- FUNDEB: É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos estados, Distrito Federal e municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar, coeficiente calculado pelo Ministério da Educação. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O crescimento das receitas do FUNDEB no quadrimestre (+4,5% / + R\$ 37,56 milhões) refere-se à composição do ICMS nas receitas do fundo que, dado seu desempenho favorável, contribuiu para que o resultado alcançasse R\$ 866,82 milhões.

No acumulado do ano, o aumento de R\$ 38,75 milhões (+ 2,2%) no resultado é, também, decorrente da redução da receita do ICMS.



- CONVÊNIOS: As receitas de convênios apresentaram redução de 14,2% (- R\$ 6,68 milhões) em relação ao mesmo quadrimestre do ano passado. Esse resultado pode ser explicado pela crise financeira da União, a redução de repasses e a não formalização de novos convênios.

Da mesma forma, no acumulado do ano, as Transferências de Convênios apresentam decréscimo de R\$ 29,56 milhões (- 29,7%). Tal resultado justifica-se pelo mesmo motivo apresentado anteriormente.

IV.II Receitas de Capital

Quadrimestre: R\$ 102,05 milhões / 4,6%
Acumulado: R\$ 2.969,55 milhões / 208,9%

Tabela 17
RECEITA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2017/2018.

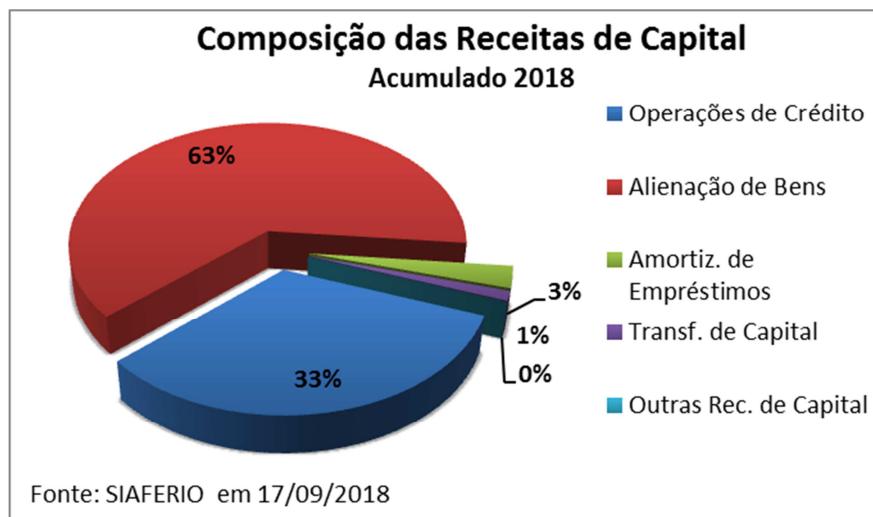
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO QUADRIMESTRAL (MAIO - AGO)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - AGO)		VAR %
	2017	2018		2017	2018	
	97,60	102,05	4,6%	961,28	2.969,55	208,9%
REC. CAPITAL	56,62	55,48	-2,0%	81,92	979,09	1095,2%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,21	0,08	-63,7%	75,38	1.871,32	2382,4%
ALIENAÇÕES DE BENS	31,83	42,42	33,3%	163,09	82,87	-49,2%
AMORTIZ. DE EMPRÉSTIMOS	8,94	4,07	-54,5%	20,76	36,26	74,6%
TRANSF. DE CAPITAL	0,00	0,00	-	620,12	0,00	-100,0%
OUTRAS REC. DE CAPITAL						

Fonte: SIAFERIO em 17/09/2018.

As Receitas de Capital apresentaram crescimento de 4,6% (+ R\$ 4,45 milhões) nesse quadrimestre, em relação ao mesmo período de 2017, por conta do aumento da Amortização de Empréstimos.



Gráfico 8



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: Na Receita de Operações de Crédito, houve pequena redução de 2,0% (- R\$ 1,14 milhão) no quadrimestre justificado, em parte, pelas Operações de Crédito Externas destinadas aos Programas de Saneamento, mais especificamente ao PSAM relativo à Baía de Guanabara.

O resultado acumulado apresentou aumento de 1.095,2% (+ R\$ 897,17 milhões) justificado pelas Operações de Crédito Internas ocorridas em janeiro de 2018 no valor R\$ 900 milhões relativa à parte da receita antecipada da futura alienação de ações da CEDAE, pactuada com Banco BNP Paribas, autorizada no Programa de Recuperação Fiscal – PRF.

O aumento da Receita de Operações de Crédito no valor de R\$ 900 milhões, em janeiro de 2018, está relacionada ao Programa de Recuperação Fiscal – PRF.

AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com crescimento de 33,3% (+ R\$ 10,59 milhões) no quadrimestre. Este resultado justifica-se pela variação normal do fluxo de receita originária do FUNDES – Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social, em parte repassado ao Fundo Único de Previdência do ERJ.

Por outro lado, o resultado acumulado apresentou redução de 49,2% (- R\$ 80,22 milhões). A variação negativa justifica-se pelos ajustes registrados na conta do Fundo de Desenvolvimento Econômico e



Social (FUNDES), refletindo negativamente no desempenho da conta do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 18 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais genérico.

Tabela 18– Execução da Despesa Total

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JANEIRO A AGOSTO								R\$ Milhões
PODER EXECUTIVO								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2017	DESPESA SEM INTRA	65.310	66.093	16.716	49.377	32.135	30.481	
	DESPESA INTRA	3.603	6.132	745	5.387	4.013	3.929	
	DESPESA TOTAL	68.913	72.226	17.462	54.764	36.148	34.410	
2018	DESPESA SEM INTRA	60.711	66.439	11.508	54.931	31.682	30.061	
	DESPESA INTRA	3.821	4.076	637	3.439	2.437	2.388	
	DESPESA TOTAL	64.532	70.515	12.145	58.370	34.120	32.449	
OUTROS PODERES								
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO	
2017	DESPESA SEM INTRA	7.978	7.989	0	7.989	5.615	4.224	
	DESPESA INTRA	818	843	0	843	594	457	
	DESPESA TOTAL	8.797	8.832	0	8.832	6.210	4.681	
2018	DESPESA SEM INTRA	7.669	7.864	0	7.864	5.441	4.318	
	DESPESA INTRA	1.025	1.026	0	1.026	728	597	
	DESPESA TOTAL	8.694	8.889	0	8.889	6.169	4.914	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo até agosto em R\$ 64,53 bilhões. Ao fim do 2º quadrimestre, com o registro das alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 70,51 bilhões. Desse valor, R\$ 12,14 bilhões encontram-se contingenciados (17,2%), medida de controle que orienta as despesas orçamentárias de acordo com a perspectiva de arrecadação.

Até este segundo quadrimestre, aproximadamente R\$ 34,12 bilhões já foram empenhados pelos órgãos que compõem a estrutura administrativa do Poder Executivo (58,5% do orçamento disponível).



Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 8,70 bilhões, atingindo R\$ 8,89 bilhões com as alterações orçamentárias. Do montante total das despesas planejadas para os órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública e Tribunal de Contas, já foram empenhados R\$ 6,17 bilhões, o equivalente a 69,4% do orçamento disponível.

V.II Créditos Adicionais

Até este segundo quadrimestre de 2018, R\$ 6,18 bilhões foram adicionados no orçamento inicial (+8,4%).

Avaliando as alterações registradas pelos dois grupos de recursos (Recursos do Tesouro e Demais Fontes), verificou-se que o aumento da dotação inicial na Fonte Tesouro foi de R\$ 1,78 bilhão, enquanto as Demais Fontes sofreram acréscimo de R\$ 4,40 bilhões. As alterações que ocorrem na LOA são basicamente uma forma de ajuste do orçamento às novas previsões de receita realizadas no decorrer do exercício, conforme se confirmam as expectativas de arrecadação.

Analizando as alterações por suas respectivas Fontes de Recursos (FR), verificou-se uma expressiva expansão da FR 191 (Depósitos Judiciais Não Tributários) no valor de R\$ 1,5 bilhão, referente a superávit financeiro aberto para pagamento de precatórios. Outra fonte do Tesouro que se destacou foi a fonte 103 (Royalties para Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social), fonte nova nesse orçamento, composta por 5% do pré-sal e com destinação própria à segurança pública e desenvolvimento social (acréscimo de R\$ 250 milhões). Enquanto nas Demais Fontes, os Recursos Próprios e do RIOPREVIDÊNCIA (FR 230 e 231) totalizaram R\$ 3,68 bilhões, o equivalente a 83,8% do total suplementado nesse grupo de fonte de recurso. A alteração destinada ao RIOPREVIDÊNCIA foi proveniente de excesso de arrecadação nas receitas de royalties e participações especiais, que vem demonstrando um bom desempenho ao longo deste ano, por conta do aumento do valor do barril de petróleo (*brent*) e da produção.

A Tabela 19 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, financiados em sua maior parte pelas demais fontes de recursos.

Tabela 19 - Alterações Orçamentárias

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JANEIRO A AGOSTO				R\$ Milhões
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL	
TESOURO	50.270	1.780	52.049	
Depósitos Judiciais Não Tributários	0	1.500	1.500	
Royalties para Ações Segurança Pública	0	250	250	
Demais fontes Tesouro	50.270	30	50.299	
DEMAIS FONTES	22.956	4.399	27.355	
Recursos Próprios e Rioprevidência	14.475	3.685	18.160	
Transferências do PAC	707	217	924	
Demais Outras Fontes	7.774	497	8.270	
TOTAL	73.226	6.178	79.404	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial. INCLUI DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS.

Tabela 20 - Funções

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN a AGO		R\$ Milhões
PRINCIPAIS FUNÇÕES	CRÉDITOS ADICIONAIS	
ADMINISTRAÇÃO	2.409	
PREVIDÊNCIA SOCIAL	1.570	
EDUCAÇÃO	576	
SUBTOTAL	4.556	
OUTRAS FUNÇÕES	1.367	
TOTAL	5.923	

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial.

**INCLUI DESPESA INTRA-ORÇAMENTÁRIA.



Num recorte por função governamental, destacam-se as alterações ocorridas na Função Educação que registrou incremento total de R\$ 576 milhões (variação de 8,4% sobre o orçamento inicial). Esse acréscimo foi alocado em Apoio aos Serviços Educacionais (aumento de R\$ 117,96 milhões), em Pessoal e Encargos Sociais (crescimento de R\$ 76,83 milhões) e em Pessoal e Encargos Sociais da Educação Básica – Ensino Médio (aumento de R\$ 56,98 milhões).

Somando-se os créditos adicionais das demais funções, o resultado gerado foi de R\$ 5,92 bilhões de janeiro a agosto deste exercício.

A Tabela 20 apresenta as principais alterações orçamentárias ocorridas nas funções contidas no orçamento.

V.III Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 21 apresenta os dados apurados até o 2º quadrimestre comparando-os com os do ano anterior.

A Categoria das Despesas Correntes, grupo que engloba as despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida e Outras Despesas Correntes, foi responsável por 97,8% (R\$ 33,63 bilhões) do total liquidado até agosto. O grupo de Outras Despesas Correntes é composto pelas despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e o pagamento de encargos com o Governo Federal) e pelo custeio da máquina.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 749 milhões, o equivalente a 2,2% do total liquidado pelo ERJ até o segundo quadrimestre.

Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias foram excluídas no processamento dos dados selecionados.

Tabela 21 – Despesas por Grupo

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	JANEIRO A AGOSTO		
		2017	2018	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	23.885	24.414	2,2%
	1.1 - DESPESAS COM ATIVOS	12.006	12.461	3,8%
	1.1.1 - PODER EXECUTIVO	9.106	9.492	4,2%
	1.1.2 - OUTROS PODERES	2.901	2.968	2,3%
	1.2 - DESPESAS COM INATIVOS**	8.980	9.059	0,9%
	1.2.1 - PODER EXECUTIVO	7.406	7.540	1,8%
	1.2.2 - OUTROS PODERES	1.574	1.519	-3,5%
	1.3 - DESPESAS COM PENSIONISTAS**	2.899	2.894	-0,2%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	803	70	-91,3%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	9.015	9.146	1,5%
CAPITAL	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	8.003	8.231	2,9%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	6.740	6.938	3,0%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	1.263	1.293	2,3%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.012	915	-9,6%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGE)	1.012	915	-9,6%
	TOTAL CORRENTE	33.703	33.630	-0,2%
	4 - INVESTIMENTOS	249	424	70,8%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	195	368	88,3%
	4.2 - OUTROS PODERES	53	57	6,3%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	7,46	11,11	48,9%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	747	313	-58,1%
TOTAL CAPITAL		1.003	749	-25,3%
TOTAL GERAL		34.705	34.379	-0,9%

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

**A partir de 2017, Inativos e Pensionistas passaram a constar no Grupo de Despesa 1 de Pessoal.



Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

➤ Despesas de Pessoal

A Tabela 22 demonstra os principais gastos realizados pelo Governo do Estado, na área de pessoal, até este segundo quadrimestre de 2018. No acumulado foram liquidados R\$ 24,41 bilhões (excluindo as despesas intraorçamentárias), ocasionando uma variação positiva de 2,2% em relação ao ano anterior. Observa-se um desempenho conservador sobre os gastos com pessoal, aludindo à importância da contenção de gastos nessa rubrica, para que o Governo do ERJ consiga enfrentar as restrições financeiras do período.

Quando consideradas as despesas intraorçamentárias (R\$ 2,26 bilhões), o gasto de pessoal atinge os R\$ 26,68 bilhões, em virtude das contribuições patronais, justificando o crescimento de 3,4%.

Na esfera do Poder Executivo, as áreas relevantes desses gastos foram: Previdência Social, Segurança Pública e Educação. As três funções foram responsáveis por R\$ 18,76 bilhões da despesa liquidada.

Nas Demais Áreas, as despesas liquidadas somaram R\$ 5,66 bilhões, mantendo uma execução bem próxima ao realizado em 2017.

Por fim, a despesa de pessoal realizada pelos Outros Poderes representaram 12,1% do montante liquidado sem despesas intra: R\$ 2,96 bilhões, financiados com FR 100 (Ordinários Provenientes de Impostos).

Tabela 22– Despesas de Pessoal

FUNÇÃO	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		VARIAÇÃO %
	2017	2018	
Previdência Social	11.905	11.981	0,6%
Segurança Pública	4.310	4.440	3,0%
Educação	2.328	2.335	0,3%
*Demais Áreas	5.342	5.657	5,9%
Subtotal	23.885	24.414	2,2%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	1.928	2.266	17,5%
TOTAL GERAL	25.812	26.679	3,4%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 19/09/2018

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e Imprensa

*Em 2017 a despesa com Inativos foi reclassificada e passou a ser executada no Grupo de Pessoal e Encargos Sociais.



➤ **Outras Despesas Correntes**

Tradicionalmente, as despesas com custeio e pessoal consomem a maior parte dos recursos em uma administração pública. A Tabela 23 demonstra o gasto realizado pelo Governo do ERJ na manutenção dos Serviços Públicos em funcionamento, bem como as obras de conservação, adaptação e manutenção do patrimônio público, até este segundo quadrimestre de 2018.

O grupo apresentou uma despesa liquidada de R\$ 9,15 bilhões. Comparando-se o mesmo período de 2017, houve uma variação pequena de +1,5%, ou, +R\$ 130,90 milhões.

No que se refere às atividades governamentais, a Educação destacou-se com uma variação de 83,5%, sobressaindo-se aí as despesas com Nutrição Escolar (R\$141,54 milhões), Apoio a Estudantes e Pesquisadores (R\$ 76,86 milhões), Auxílios Transporte e Alimentação para os servidores da pasta (R\$ 76,20 milhões) e Apoio aos Serviços Educacionais (R\$ 63,20 milhões).

Em seguida a Saúde apresentou uma variação de 27,6%, apontando como principais gastos a Conservação e Manutenção dos Hospitais Estaduais, bem como seus ambulatórios (R\$ 940,46 milhões), Operacionalização das UPA's (R\$ 236,88 milhões) e Assistência para Crianças no Período Neonatal em Unidades de Tratamento Intensivo (R\$ 70,21 milhões).

A Segurança Pública sendo uma área prioritária, também demonstrou uma variação positiva de 21,0%. As despesas mais relevantes do setor foram Atividades Operacionais de Registro de Veículos (R\$ 192,54 milhões), Manutenção Operacional dos Órgãos de Segurança (R\$ 131,04 milhões), concessão de Auxílios Alimentação, Saúde e Transporte aos Servidores da área de Segurança Pública (R\$ 112,17 milhões) e o Fornecimento de Alimentação aos Custodiados (R\$ 101,17 milhões).

Tabela 23 -- Custeio

FUNÇÃO	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		VARIAÇÃO %
	2017	2018	
Educação	736.149.032	890.845.231	83,5%
Saúde	1.311.265.221	1.673.380.769	27,6%
Segurança	485.317.282	890.794.473	21,0%
Demais Despesas de CUSTEIO	2.314.726.245	2.355.311.134	1,8%
Subtotal CUSTEIO	4.847.457.780	5.810.331.608	19,9%
PREVIDÊNCIA SOCIAL	2.797.595.746	2.005.132.823	-28,3%
ENCARGOS ESPECIAIS	1.370.083.142	1.330.572.435	-2,9%
TOTAL	9.015.136.667	9.146.036.866	1,5%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 19/09/2018

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



➤ **Investimentos e Inversões Financeiras**

No tocante aos investimentos realizados pelo governo do Estado do RJ, no período de janeiro a agosto de 2018, a Tabela 24 aponta um crescimento de R\$ 179,56 milhões (+70,1%) quando comparado ao mesmo período de 2017.

Observa-se uma elevação nos gastos com Obras e Instalações, Veículos de Tração Mecânica e Veículos Ferroviários (R\$ 222,85 milhões), dentre os quais se destacaram as seguintes ações:

Obras e Instalações

- Construção e Reforma das Edificações do Poder Judiciário - R\$ 40,52 milhões;
- Projetos de Infraestrutura – R\$ 20,54 milhões;
- Intervenções em Saneamento Ambiental – R\$ 10 milhões;
- Melhoria na Infraestrutura dos Corpos Hídricos R\$ 7,08 milhões.

Veículos Tração

- Gestão da Frota da Polícia Militar – R\$ 37,68 milhões;
- Ampliação da Frota do CBMERJ – R\$ 1,46 milhão.

Veículos Ferroviários

Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário – R\$ 33,91 milhões.

Tabela 24– Investimentos e Inversões Financeiras

AÇÕES	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		Variação %
	2017	2018	
06 - Segurança Pública	2.454.026	81.785.899	3232,7%
15 - Urbanismo	16.597.564	59.664.260	259,5%
02 - Judiciária	46.807.103	51.650.686	10,3%
26 - Transporte	20.095.455	49.750.749	147,6%
SUBTOTAL	85.954.148	242.851.595	182,5%
DEMAIS AÇÕES	170.079.381	192.745.411	13,3%
TOTAL GERAL	256.033.529	435.597.005	70,1%

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 19/09/2018

Exclui despesas intraorçamentárias / Exclui CEDAE e IMPRENSA



V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais e legais: Educação, Saúde, FAPERJ¹⁵, FECAM¹⁶, FEHIS¹⁷ e FISED

A Tabela 25 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas de 2017 e 2018.

Ressalta-se que para fins legais a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparéncia tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira de forma adequada para o cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ a receita base são os recursos líquidos de impostos (deduzidas as transferências aos municípios) subtraídos os montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal, mais um percentual do pré-sal, que foi de 10% no exercício de 2017 e passou a ser de 5% em 2018 após a criação do FISED; e, por fim, para o FEHIS o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo de Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS; e por fim, o FISED, fundo criado em 2017 para aplicação em programas na área de segurança pública e

Tabela 25 – Execução dos Índices Constitucionais

PERÍODO	ATÉ 2º QUADRIMESTRE			Variação %
	2017		2018	
	% ÍNDICE	21,0%	21,3%	
EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS				
RECEITA BASE	24.598.289	27.557.595	12,0%	
DESPESA LIQUIDADA	5.155.540	5.858.096	13,6%	
UO's	1.467.520	1.795.329	22,3%	
FUNDEB	3.688.021	4.062.766	10,2%	
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	6.149.572	6.889.399	12,0%	
% ÍNDICE	21,0%	21,3%	0,3%	
EDUCAÇÃO				
RECEITA BASE	24.598.213	27.557.565	12,0%	
DESPESA LIQUIDADA	1.403.553	1.815.486	29,3%	
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	2.951.786	3.306.908	12,0%	
% ÍNDICE	5,7%	6,6%	0,9%	
SAÚDE				
RECEITA BASE	10.297.711	11.491.328	11,6%	
DESPESA LIQUIDADA	170.041	179.530	5,6%	
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	205.954	229.827	11,6%	
% ÍNDICE	1,7%	1,6%	-0,1%	
FAPERJ				
RECEITA BASE	5.086.391	8.602.123	69,1%	
DRE (30% - EC 93/2016)	1.525.917	2.580.637	69,1%	
BASE CÁLCULO	3.560.474	6.021.486	69,1%	
DESPESA LIQUIDADA	15.064	26.828	78,1%	
RP Cancelado		58.807	-	
MÍNIMO A SER APLICADO	188.989	301.074	59,3%	
% ÍNDICE	0,3%	-0,4%	-0,7%	
FECAM				
RECEITA BASE	3.094.528	3.198.897	3,4%	
DRE (30% - EC 93/2016)	928.358	959.669	3,4%	
BASE CÁLCULO	2.166.169	2.239.228	3,4%	
DESPESA LIQUIDADA	24.064,1	25.183,2	4,7%	
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	309.453	319.890	3,4%	
% ÍNDICE	1,1%	1,1%	1,2%	
FEHIS				
RECEITA BASE	27.590	-		
DRE (30% - EC 93/2016)	250.000	-		
MÍNIMO A SER APLICADO	0,0%	11,0%	11,0%	
% ÍNDICE	0,0%	11,0%	11,0%	
FISED				
DESPESA LIQUIDADA				
MÍNIMO A SER APLICADO				
% ÍNDICE				

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Dados extraídos do Flexvision no dia 19/09/2018.

¹⁵ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

¹⁶ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

¹⁷ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social



desenvolvimento social, composto por 5% dos recursos do pré sal a partir de janeiro de 2018, equivalente a R\$ 250 milhões conforme dotação atualizada.

As Receitas (Bases de Cálculo) dos Índices Constitucionais apresentaram crescimento em relação ao mesmo período do ano passado, consequência da melhora na arrecadação dos principais tributos estaduais.

Em uma mera análise dos percentuais aplicados, a Tabela 25 mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. No caso dos índices de Educação, Saúde e FEHIS, o percentual de aplicação no período foi superior ao ano passado, já que o crescimento na execução de despesas superou o crescimento das receitas. Contudo, no índice da FAPERJ observa-se uma queda, pois a execução das despesas, embora superior ao mesmo período de 2017, não apresentou um crescimento maior do que ao da Receita Base.

No FECAM, houve um valor expressivo de cancelamento de Restos a Pagar, deixando o percentual de aplicação negativo até esse momento. No entanto, ao final do mês de setembro, após a extração das bases de dados que fundamentaram esse documento, foi realizado um ajuste contábil nos Restos a Pagar Cancelados do índice do FECAM, passando de R\$ 58,81 milhões para R\$ 1,87 milhão. Estes valores poderão ser vistos na próxima edição do Boletim.

O FISED só apresentou aplicação a partir de 2018 devido à data de sua criação. Por esse motivo, ainda não há nenhum comparativo com o ano anterior.

A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente, de forma a esclarecer como o Estado está aplicando obrigatoriamente tais recursos.



➤ Educação

O índice Educação até o segundo quadrimestre apontou para uma aplicação de 21,3% da receita base. Dos R\$ 6,89 bilhões a aplicar, o Estado já aplicou R\$ 5,86 bilhões, sendo R\$4,06 bilhões repassados ao FUNDEB. Comparativamente ao mesmo período de 2017, registrou-se um aumento de 13,6% na despesa liquidada e uma variação de 12,0% na receita arrecadada, por conta do melhor desempenho da execução e da melhora no cenário econômico do Estado.

A Tabela 26 demonstra a despesa do índice executada por grupo de despesa.

O Grupo Outras Despesas Correntes, que agrupa o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice, além das transferências ao FUNDEB, aumentou 41,1% (+R\$118,92 milhões) em relação ao exercício passado. A fonte Tesouro atingiu uma variação positiva de 69,4%, com a maior parte da parcela contemplando a UERJ nesse período. As despesas de pessoal atingiram o valor de R\$ 2,87 bilhões, com participação em 2018 de 49,1%, financiadas com os recursos do Tesouro (FR 100 e 122) e com os provenientes do retorno do FUNDEB.

Além dos repasses do FUNDEB, a Secretaria de Educação aplicou no custeio recursos da FR 105(Salário Educação), cujos gastos não são contabilizados no índice.

A Tabela 27 demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas até este 2º quadrimestre.

Tabela 26– Aplicação no Índice

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NO ÍNDICE		Em R\$ Milhares	
	2017	2018	Variação %	Participação em 2018
Pessoal	2.776.307	2.874.840	3,5%	49,1%
FR TESOURO	1.333.325	1.523.022	14,2%	
FUNDEB (retorno)	1.442.982	1.351.818	-6,3%	
Outras Desp. Correntes	289.543	408.460	41,1%	7,0%
FR TESOURO	156.869	265.717	69,4%	
FUNDEB (retorno)	132.674	136.037	2,5%	
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA		9		
Investimento/Inversões	15	6.697	43109,5%	
SUB TOTAL	3.065.866	3.283.300	7,1%	56,0%
FUNDEB (Perda Líquida)	2.112.364	2.574.911	21,9%	44,0%
(-) Restos a Pagar Cancelado		116		
(-)Aplicação Financeira FUNDEB	22.690			
TOTAL GERAL**	5.155.540	5.858.096	13,6%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral



Tabela 27– Distribuição do Índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Em R\$	
	2017	2018	Variação %	Participação em 2018
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	417.994.056	555.334.997	32,9%	9,5%
DEGASE - Depart. Geral Ações Socio-Educat.	109.075.016	127.169.942	16,6%	2,2%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	569.022.419	616.952.844	8,4%	10,5%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	276.558.813	365.932.477	32,3%	6,2%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	91.966.682	100.377.952	9,1%	1,7%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distânc do Est RJ	14.877.728	17.728.438	19,2%	0,3%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	10.714.698	11.948.607	11,5%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias*	1.490.209.412	1.795.445.257	20,5%	30,6%
FUNDEB**	3.688.020.567	4.062.766.223	10,2%	69,4%
(-)Restos a Pagar Cancelado		115.836		0,0%
(-)Aplicação Financeira FUNDEB	22.689.612			
TOTAL DO ÍNDICE	5.155.540.367	5.858.095.643	13,6%	100,0%

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

* A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

** Contribuição do FUNDEB (retorno mais perda líquida)

O total desembolsado pelas unidades orçamentárias com recursos do Tesouro atingiu o patamar de R\$ 1,79 bilhão na composição do índice, com participação de 30,6% no total da despesa aplicada no índice. A Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC) apresentou ao longo do período uma participação de 9,5%, com uma execução total de R\$ 555,33 milhões, +32,9% em relação ao mesmo período de 2017. Foram alocados R\$ 516,75 milhões em pessoal e R\$ 38,08 milhões em custeio, destinando a sua maior parte no transporte escolar (R\$ 21,33 milhões).

A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) registrou neste período uma participação no índice de 10,5%. Dos R\$ 616,95 milhões aplicados, R\$ 470,84 milhões foram executados em pessoal. Em relação ao custeio, a UERJ aplicou R\$ 40,10 milhões a mais do que no mesmo período de 2017, atendendo principalmente a manutenção das unidades da universidade, auxílio alimentação e serviços prestados por estudantes e cotistas.

Em relação às despesas acumuladas até o segundo quadrimestre, a Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro (FAETEC) contabilizou um acréscimo de 32,3% (+R\$ 89,37 milhões), com participação de 6,2% do total liquidado das unidades. Do montante total liquidado de R\$ 365,93 milhões, foram alocados R\$ 334,22 milhões em pessoal.

O Departamento Geral de Ações Socioeducativas – DEGASE – apresentou uma variação de 16,6% (+R\$ 18,09 milhões) basicamente



com gastos de pessoal. Foram desembolsados R\$ 101,43 milhões neste grupo, decorrentes da concessão dos triênios e progressões dos planos de carreira.

Com expressiva participação, o FUNDEB representou 69,4% do montante aplicado na função. Comparando ao mesmo período do ano anterior, registrou-se uma variação positiva de 10,2%, o equivalente a R\$ 374,74 milhões.

➤ Educação – Demais Fontes de Recursos

Os recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos da União são contabilizados para fins de cumprimento do índice. Entretanto, a função Educação conta ainda com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montantes significativos dentro do gasto total e que não são contabilizados na aplicação do índice. Ao longo deste 2º quadrimestre foram aplicados R\$ 319,58 milhões.

A Tabela 28 ao lado discrimina por FR a aplicação dos recursos não tesouro, que registrou variação positiva de 7,3% (+R\$ 21,66 milhões) em relação ao 2º quadrimestre de 2017. A participação do Salário Educação (FR 105) representa o maior montante de gastos aplicado até este quadrimestre, com 68,9% do total de recursos aplicados nas demais fontes.

O pequeno decréscimo de 3,6% (-R\$ 8,33 milhões) em comparação ao mesmo período de 2017, não comprometeu as ações desenvolvidas nesta fonte de recurso. Do montante aplicado até o quadrimestre (R\$ 220,07 milhões), sua grande maioria está relacionada ao programa de alimentação das Escolas (R\$ 110,27 milhões), ao Apoio aos Serviços Educacionais (R\$ 49,18 milhões), ao programa de manutenção das escolas estaduais e de horário integral (R\$ 32,29 milhões), além do transporte de estudantes que são atendidos em áreas rurais (R\$ 18,99 milhões).

Do total de receita recebida por meio das Transferências da União (FR 224) para a SEEDUC e para a FAETEC, foram executados R\$ 39,13 milhões com variação de 14,5% (+R\$ 4,94 milhões) em relação ao mesmo período de 2017. A Secretaria de Educação executou o montante de R\$ 31,27 milhões no Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). A FAETEC aplicou R\$ 7,86 milhões no Programa

Tabela 28– Demais Fontes de Recursos

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO			Em R\$	
	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE	2017	2018	Variação %	Participação em 2018
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 105)	228.399.536	220.070.796	-3,6%	68,9%	
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÉNIOS (FR 224)	34.184.485	39.127.549	14,5%	12,2%	
CONVÉNIOS (FR 212)	10.296.692	26.960.980	161,8%	8,4%	
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	15.480.903	18.615.366	20,2%	5,8%	
SUS (FR 225)	9.558.784	14.810.903	54,9%	4,6%	
TOTAL	297.920.400	319.585.593	7,3%	100,0%	

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ



Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), com a assistência a estudantes e remuneração dos profissionais.

As despesas realizadas com Recursos Próprios (FR 230) tiveram variação de 20,2% (+R\$ 3,13 milhões) e foram gastos no custeio da UERJ (R\$ 17,27 milhões), além do suporte ao Ensino Superior à Distância e pré-vestibular social da Fundação CECIERJ / Consórcio CEDERJ.

➤ Saúde

A Função Saúde é financiada com recursos do Tesouro e com de Outras Fontes (Tabela 29 e Tabela 31, respectivamente). De acordo com metodologia de cálculo do índice da saúde, este segundo grupo não é contabilizado para fins de apuração do Índice Constitucional. O modelo calculado nesse boletim está em consonância com as determinações do TCE, com a legislação pertinente e com os relatórios oficiais da LRF. Dessa forma, o FES (Fundo Estadual de Saúde) atualmente é a única Unidade Orçamentária da Função Saúde que contabiliza para a aplicação das Ações e Serviços Públicos de Saúde do índice.

A Tabela 29 abaixo traça o detalhamento da liquidação das fontes do Tesouro no índice da saúde ao longo do segundo quadrimestre de 2018.

Tabela 29– Aplicação do Índice por Grupo de Despesa

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO DO ÍNDICE POR GD			Participação em 2018	Em R\$		
	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		Variação %				
	2017	2018					
Pessoal	476.240.634	473.515.394	-0,6%	26,1%			
Outras Desp. Correntes	927.312.639	1.337.257.327	44,2%	73,7%			
Investimentos / Inversões	-	4.713.481	-	0,3%			
TOTAL	1.403.553.273	1.815.486.201	29,3%	100,0%			

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018.



Até este segundo quadrimestre, a aplicação de recursos do Tesouro em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 29,3% em relação ao mesmo período do ano passado (+R\$ 411,93 milhões), conforme Tabela 29 acima.

Podemos observar também que o grupo de despesa de Outras Despesas Correntes participou com 73,7% na execução do índice com aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde. Foi constatada neste grupo uma variação de 44,2% (+R\$ 409,94 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas, em ordem decrescente:

1- Assistência Ambulatorial e Hospitalar - investiu-se R\$ 785,61 milhões, dos quais R\$ 498,72 milhões são referentes às despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização e R\$ 251,23 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde (custeio das OS's). Os valores referentes às despesas com pessoal e ao custeio supracitados foram distribuídos nos Hospitais conforme a Tabela 30, totalizando R\$ 749,96 milhões.

2 - Execução do Contrato de Gestão – FES – houve uma aplicação de R\$ 266,30 milhões. Nesse programa de trabalho são executadas as despesas da Fundação Saúde com seus postos de assistência médica e com outras unidades da Secretaria de Estado de Saúde, incluindo as despesas com pessoal, despesas obrigatórias e de custeio.

3 - Assistência em Unidade de Tratamento Intensivo para Crianças no Período Neonatal – foram aplicados R\$ 70,21 milhões.

4 - Apoio ao Hospital Universitário Pedro Ernesto - investiu-se R\$ 66,46 milhões, dos quais R\$ 14,26 milhões foram destinados à Limpeza e Conservação, R\$ 11,25 milhões para Apoio Administrativo, Técnico e Operacional e R\$ 8,56 milhões para Vigilância Ostensiva.

No grupo Investimento / Inversões foram liquidados até o momento R\$ 4,71 milhões. Desta forma, este grupo foi responsável por apenas 0,3% da liquidação até o quadrimestre em tela.

Tabela 30– Repasse para OS's

REPASSA PARA AS OS's - ATÉ O 2º QUADRIMESTRE			Em Milhões R\$
UNIDADES COM GESTÃO DE SERVIÇOS DE SAÚDE	LOCALIZAÇÃO	JANEIRO ATÉ AGOSTO	
HOSPITAL DA MULHER HELONEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	73,27	
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	7,27	
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	53,81	
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	144,30	
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	101,33	
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	6,00	
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	57,20	
HOSPITAL ROBERTO CHABO e HOSPITAL ESTADUAL N.Sra. NAZARETH	ARARUAMA E SAQUAREMA	66,28	
HOSPITAL DE TRAUMATOLOGIA E ORTOPEDIA DA BAIXADA FLUMINENSE VEREADOR MELCHÍADES CALAZANS	NILÓPOLIS	6,39	
HOSPITAL ESTADUAL DA MÃE	MESQUITA	20,03	
HOSPITAL REGIONAL MÉDIO PARAÍBA DRA. ZILDA ARNS NEUMANN	VOLTA REDONDA	13,41	
INSTITUTO ESTADUAL DO CÉREBRO PAULO NIEMEYER	CENTRO RJ	41,91	
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES HEIBC e UPA SÃO GONÇALO I	SÃO GONÇALO	161,52	
REPASSES DIVERSOS		7,92	
CANCELAMENTO EM DIVERSOS HOSPITAIS		-10,69	
TOTAL REPASSADO		749,96	

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018.



No grupo de Pessoal houve um decréscimo de 0,6% (-R\$ 2,72 milhões) em relação ao ano passado. Neste ponto, é importante ressaltar a modificação na classificação dos gastos por determinação do TCE/RJ. A Unidade Orçamentária da Fundação Saúde está sendo inteiramente executada num programa de trabalho no FES dentro do grupo de despesa de Outras Despesas Correntes (Ação 2911). Assim, houve migração dos valores executados em pessoal da Fundação Saúde do grupo de despesa de pessoal para o grupo de despesa de Outras Despesas Correntes.

A Tabela 31 aborda as Fontes Não Tesouro, bem como são traçadas comparações da aplicação atual com o mesmo período de 2017. Lembrando que essas fontes não são contabilizadas para fins de apuração do Índice Constitucional, entretanto elas foram mencionadas neste documento visando uma maior transparéncia e controle social do gasto do dinheiro público na área de saúde.

Tabela 31– Distribuição da Função Saúde nas Fontes Não Tesouro

FR - FONTES NÃO TESOURO	FUNÇÃO SAÚDE			Participação em 2018	Em R\$		
	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE		Variação %				
	2017	2018					
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 230)	95.108.899	49.255.921	-48,2%	6,7%			
TRANSFERÊNCIAS VOLUNTÁRIAS (FR 212)	6.763.467	6.174.478	-8,7%	0,8%			
CONTRATOS INTRAORÇAMENTÁRIOS GESTÃO DE SAÚDE (FR 223)	159.128.251	202.826.903	27,5%	27,5%			
SUS (FR 225)	481.759.456	478.449.609	-0,7%	64,9%			
TOTAL	742.760.073	736.706.911	-1%	100,0%			

Fonte: SIAFE RIO/FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018.

1. Exclui despesas intra-orçamentárias

A Tabela 31 demonstra que até o segundo quadrimestre de 2018, as despesas do Sistema Único de Saúde (SUS - FR 225) foram o grande destaque de aplicação de recursos Não Tesouro na Função Saúde, correspondendo ao montante de 64,9%. Entretanto, pode-se constatar um decréscimo de - 0,7% (- R\$ 3,31 milhões) em relação ao mesmo período de 2017.

Do montante de R\$ 478,45 milhões executados na FR 225, R\$ 250,68 milhões são referentes às despesas de pessoal decorrentes de contrato de terceirização e R\$ 144,76 milhões foram direcionados para a Gestão de Serviços de Saúde (custeio das Organizações Sociais - OS's); dentre outras despesas de menor vulto.



➤ FAPERJ

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 179,53 milhões ao longo desse segundo quadrimestre, montante 5,6% (+R\$ 9,49 milhões) superior ao mesmo período de 2017. A Fundação, por meio de concessão de bolsas e auxílios a pesquisadores e instituições, atua como agência de fomento à pesquisa. Tem parceria com a UERJ e UENF e apoio ao Programa de Educação Superior à Distância e ao pré-vestibular social implementado pela Fundação CECIERJ.

A despesa liquidada até este segundo quadrimestre pela Fundação representou 1,6% da receita base arrecadada do índice.

A Tabela 32 demonstra a execução do índice nas principais ações do ano.

A maior parcela liquidada pela Fonte Tesouro foi direcionada a Apoio a Estudantes e Pesquisadores, que registrou uma variação positiva de 9,5% (+R\$ 6,65 milhões). O valor desembolsado de R\$ 76,86 milhões atende às demandas dos alunos com bolsas e auxílios nos programas de estágio de Doutorando, apoio ao Pós-Doutorado (PAPD), Jovens Talentos e bolsas de pré-iniciação científica para estudantes do ensino médio estadual.

A Fundação ainda custeou auxílios financeiros a bolsistas e pesquisadores no projeto Desenvolvimento de Estudo e Pesquisa através da FAPERJ com a aplicação de R\$ 52,17 milhões.

A ação Fomento para Estudos e Pesquisas através da UERJ desembolsou neste período R\$ 19,02 milhões para atender ao PROATEC e PROCIÊNCIA, além do intercâmbio científico e tecnológico entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e outras instituições de ensino.

A FAPERJ desembolsou R\$ 9,06 milhões com Fomento ao Estudo e Pesquisa da UENF, uma variação positiva de 20,2% em relação ao segundo quadrimestre de 2017. Deste montante, R\$ 4,16 milhões foram direcionados ao PROPPG - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação da Universidade – com atuação específica nas áreas de Pesquisa e Pós-Graduação, dotando a Universidade de Mestres e

Tabela 32– Execução Orçamentária do Índice da FAPERJ

PROJETO/ATIVIDADE	EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			Variação %	
	FONTE TESOURO		JAN A AGO 2018		
	2017				
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	70.215.557	76.863.862	9,5%		
Desenvolvimento de Estudos e Pesquisas através da FAPERJ	53.639.630	52.166.982	-2,7%		
Fomento para Estudos e Pesquisas da UERJ	18.794.147	19.023.128	1,2%		
Fomento à Formação Superior à Distância - CECIERJ	13.366.987	14.910.055	11,5%		
Fomento para Estudos e Pesquisas da UENF	7.533.411	9.057.899	20,2%		
Pessoal e Encargos Sociais	4.410.071	4.295.207	-2,6%		
Fomento à Inovação Tecnológica	181.340	3.857.732	2027,3%		
Interiorização do Acesso à Graduação Tecnológica	92.198	-	-100,0%		
Apoio à Pesquisa na Administração Pública Estadual	1.346.797	755.528	-43,9%		
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	456.563	455.003	-0,3%		
Despesas Obrigatorias de caráter Primário		24.873			
Pagamento de Despesas com Serviços de Utilidade Pública	4.123	-	-100,0%		
SUTOTAL	170.040.814	181.410.269	6,7%		
(-) Restos a Pagar Processados Cancelados	-	1.880.367			
		170.040.814	179.529.902	5,6%	

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

Tabela 33– Execução Orçamentária Outras Fontes FAPERJ

PROJETO/ATIVIDADE	OUTRAS FONTES			Variação %	
	JAN A AGO		2018		
	2017				
Fomento à Inovação Tecnológica	13.365	-	-	-100,0%	
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	-	-	-		
TOTAL	13.365	-	-	-100,0%	

Fonte: SIAFE-RIO FLEXVISION

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018



Doutores da capacidade de efetivar uma pesquisa científica de qualidade.

Até o segundo quadrimestre, não foram realizadas despesas na fonte não tesouro (Tabela 33).

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 5% dos recursos, provenientes da camada do pré-sal.

Até o segundo quadrimestre de 2018, a soma das despesas empenhadas no contexto do FECAM foi de R\$ 63,34 milhões e os valores liquidados foram de R\$ 26,83 milhões. Conforme explicitado anteriormente, o cancelamento dos R\$ 58,81 milhões de Restos a Pagar Processados foi estornado no mês de setembro, após ajuste contábil. Portanto, o valor total destinado à aplicação no FECAM, que neste Boletim se apresenta em R\$ 4,54 milhões (conforme demonstrativos extraídos do Siafe-Rio, levando-se em conta os valores empenhados e desconsiderando o ajuste posterior no cancelamento de Restos a Pagar Processados), ainda não demonstra a realidade. Na próxima edição, o valor estará ajustado.

As ações realizadas ao longo do segundo quadrimestre de 2018, por meio dos recursos do Fundo, estão descritas na Tabela 34 abaixo. Nela são apresentados os projetos desenvolvidos, assim como o órgão responsável pela execução e os valores empenhados até o momento.

A ação com maior expressividade no período foi a 3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental, um gasto de R\$ 26,53 milhões, representando 42,2% do total empenhado no período em questão. Seguida da ação 3979 - Cidades Sustentáveis, cujo montante empenhado foi de R\$ 19,60 milhões (31,2% do total empenhado).



Tabela 34- Índice FECAM

ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO/INVESTIMENTO	Em R\$
		Total
SEA	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental / Fecam	22.049.939
	3979 - Cidades Sustentáveis	10.649.343
INEA	3977 - Intervenções em Saneamento Ambiental / Fecam	4.484.308
	3978 - Melhoria da infraestrutura Hidráulica dos Corpos Hídricos/FECAM	16.720.770
	3979 - Cidades Sustentáveis	8.951.445
	5452 - Desenvolvimento dos Instrumentos de Gestão Ambiental	26.450
OUTRAS AÇÕES		461.448
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS CANCELADOS		-58.807.049
Total Geral		4.536.653

Fonte: SIAFE Rio / Flexvision

Obs: Dados extraídos em 19/09/2018

*O valor do RP Cancelado de R\$58 milhões foi estornado no mês de setembro após ajuste contábil.

➤ FEHIS

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é financiado com 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP – FR 122) aplicada na área de habitação. Até este segundo quadrimestre, o Fundo apresentou um comprometimento de R\$ 25,18 milhões, conforme demonstrado na Tabela 35.

Tabela 35- FEHIS

ÓRGÃO EXECUTOR	AÇÃO / INVESTIMENTOS	Em R\$
		ATÉ O 2º QUADRIMESTRE
SEOBRAS	Apoio à Urbanização de Comunidades	5.705.244
	Realocação de Moradores de Áreas de Risco e Insalubres	4.800
TOTAL		5.710.044
ITERJ	Regularização Fundiária de Interesse Social	25.583
	Cooperação Técnico-Financeira BNDES/ITERJ - Contrapartida	130.139
TOTAL		155.722
CEHAB	Recuperação de Conjuntos Habitacionais	36.399
SEASDH	Concessão de Aluguel Social	19.281.057
TOTAL GERAL		25.183.221

Fonte: SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 19/09/2018



A concessão de aluguéis sociais executados pela SEASDH foi uma das principais alocações de recursos do Fundo (R\$ 19,28 milhões). Seguidamente temos a SEOBRAS com a recuperação de espaços urbanos atingidos pelo processo de erosão, no município de Areal e obras de urbanização junto às comunidades do Complexo do Alemão, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo e Bom Jardim (R\$ 5,70 milhões).

➤ **FISED**

O Fundo Estadual de Investimento e Ações de Segurança Pública e Desenvolvimento Social (FISED), criado no final de 2017 por norma estadual, com o objetivo de apoiar programas e projetos na área de segurança pública, de prevenção à violência e de desenvolvimento social que sejam a eles associados, contou, a partir de janeiro de 2018, com 5% dos recursos provenientes da camada do pré-sal, equivalendo à R\$ 250 milhões conforme dotação atualizada de 2018.

Até este segundo quadrimestre, o Fundo apresentou uma aplicação de R\$ 27,59 milhões, conforme demonstrado na Tabela 36.

Tabela 36 - FISED

AÇÃO / INVESTIMENTOS	ATÉ O 2º QUADRIMESTRE Em R\$
APOIO A PROGRAMA E PROJETO SEGURANÇA PÚBLICA-FISED	284.982
APOIO A PROGRAMA E PROJETO POLÍCIA MILITAR - FISED	13.713.476
APOIO A PROGRAMA E PROJETO DA POLÍCIA CIVIL - FISED	2.967.851
APOIO A PROGRAMA E PROJETO DE ASSIST SOCIAL - FISED	10.623.498
TOTAL GERAL	27.589.807

Fonte:SIAFE-Rio

Obs.: Dados extraídos 19/09/2018

No detalhamento das aplicações, o destaque foi para programas da Polícia Militar, R\$ 13,71 milhões, sendo R\$ 12,62 milhões destinados à gratificações de policiais.

Importante salientar que o dispositivo legal do fundo prevê a destinação anual de pelo menos 25% dos recursos disponíveis para a



área de desenvolvimento social, relacionada a esses programas de segurança pública.



VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

O pagamento de folha de pessoal foi o objetivo prioritário do Governo do Estado do Rio de Janeiro durante os anos de fragilidade das finanças estaduais. Por isso, há redução nas liberação de cotas financeiras para o pagamento das obrigações relativas a custeio e investimento das unidades administrativas.

As cotas liberadas no segundo quadrimestre de 2018 representaram 35,0% das despesas liquidadas e desse total, 89,8% foram utilizadas. As despesas pagas representaram 221,9% das cotas utilizadas.

Com relação às Programações de Desembolso (PD), as áreas prioritárias de saúde e segurança consumiram 97,9% e 89,1% das cotas liberadas, respectivamente, conforme demonstrado na Tabela 38.

No quadrimestre, o Tesouro Estadual executou o equivalente a 221,9% das PDs emitidas, o que significa que houve pagamento de restos a pagar e de despesas do exercício de 2018.

VI.2 Pagamento de PD's

O prazo médio de pagamento no segundo quadrimestre foi de 15 dias. Grande parte dos pagamentos, cerca de 84,5%, ocorreu em até 20 dias. Os pagamentos de 21 até 30 dias representaram 7,1% do total e acima de 30 dias, 8,4%.

VI.3 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abrange atualmente 19 concessionárias.

Tabela 37

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ AGOSTO DE 2018			
DESPESA LIQUIDADA (A)	COTA FINANCEIRA LIBERADA (B)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (C)	DESPESA PAGA (D)
6.310	2.457	2.206	4.896
(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
38,9%	35,0%	89,8%	221,9%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/2018

Tabela 38

ACOMPANHAMENTO DOS GASTOS ATÉ ABRIL DE 2018 POR ÁREAS				
ÁREAS	DESPESA LIQUIDADA (A)	COTA FINANCEIRA LIBERADA (B)	COTA FINANCEIRA UTILIZADA (C)	DESPESA PAGA (D)
EDUCAÇÃO	307	70	53	62
SAÚDE	1.433	1.008	986	993
SEGURANÇA	2.800	354	316	2.491
ASSISTÊNCIA SOCIAL	20	23	16	16
DEMAIS ÁREAS	1.751	1.002	835	1.335
TOTAL GERAL	6.310	2.457	2.206	4.896

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/2018

ÁREAS	(B)/(A)	(C)/(A)	(C)/(B)	(D)/(C)
EDUCAÇÃO	22,8%	17,2%	75,4%	116,7%
SAÚDE	70,3%	68,8%	97,9%	100,7%
SEGURANÇA	12,7%	11,3%	89,1%	788,9%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	113,5%	80,7%	71,1%	96,1%
DEMAIS ÁREAS	57,2%	47,7%	83,4%	159,9%
TOTAL GERAL	38,9%	35,0%	89,8%	221,9%

Fonte: SIAFE-RIO

Obs: Posição acumulada até AGO/2018



Considerando o faturamento acumulado de 2018 de R\$ 241,67 milhões referentes a serviços essenciais, R\$ 25,83 milhões, ou seja, 10,7% do total foram adimplidos.

Para equilibrar as contas estaduais e garantir os serviços essenciais para os órgãos, a Alerj autorizou o Poder Executivo, por meio da Lei nº 8.058, de 1 de agosto de 2018, alterada parcialmente pela Lei nº 8.080, de 28 de agosto de 2018, a realizar a compensação de dívidas líquidas e certas do Estado do Rio de Janeiro, contraídas no período compreendido entre 1 de junho de 2017 e 31 de julho de 2018, com concessionárias ou autorizatárias, por conta da prestação de serviço público de telecomunicações, de fornecimento de energia elétrica, de fornecimento de gás canalizado, e com empresas fornecedoras de combustíveis ao Estado do Rio de Janeiro, com créditos tributários devidos relativos ao ICMS, na forma do previsto nos artigos 170 e 170-A do Código Tributário Nacional e no artigo 190 do Código Tributário do Estado do Rio de Janeiro.

VI.3.1 Características de Consumo

Analizando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 2º quadrimestre de 2018, verifica-se redução global de 12,19%, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, de janeiro a agosto de 2018, R\$ 6,86 milhões foram gastos com demanda de alta tensão, sendo R\$ 6,42 milhões de demanda contratada e R\$ 0,44 de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que, no período analisado, a média do faturamento foi de R\$ 875,04 mil.

Quanto aos serviços de telefonia móvel, os serviços de mobilidade e conectividade foram migrados para a concessionária CLARO S/A, que passou a integrar o SIPC, conforme Resolução SEFAZ nº 293, de 10 de agosto de 2018.

Gráfico 9

Participação dos órgãos no faturamento total SIPC

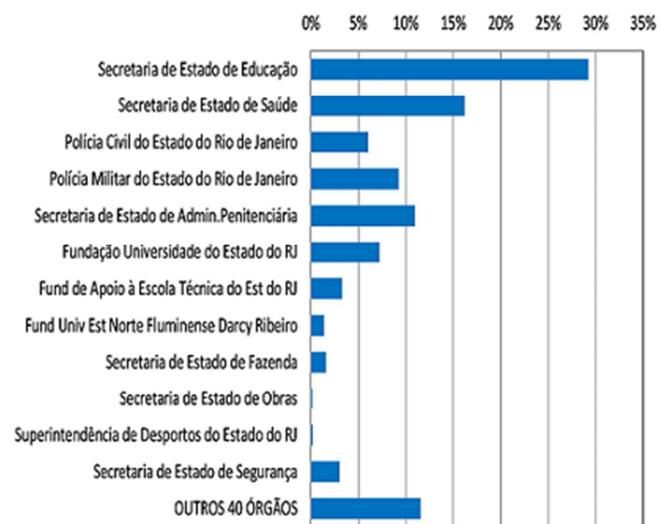
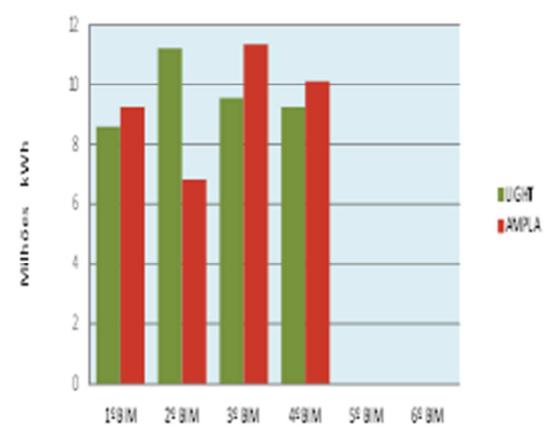


Gráfico 10

Faturamento kWh 2018





Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC, em 2018, somou R\$ 58,13 milhões, tendo sido 87,5% quitados, em função das Leis nº 8.058/2018 e nº 8.080/2018, que permitiu a compensação dos saldos em aberto faturados com concessionárias prestadoras de serviços públicos de telecomunicações.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 2º quadrimestre de 2018, foram faturados R\$ 52,97 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 64,84 % deste total, em função dos parcelamentos incluídos nos faturamentos de 2018, oriundos de acordos referentes a débitos de exercícios anteriores dos orgãos do Estado do Rio de Janeiro.

Tabela 39 - Faturamento Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

FAVORECIDOS	1º Quadrimestre/18	2º Quadrimestre/18
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	125	169
ÁGUAS DE NITERÓI	3.227	3.391
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	183	219
ÁGUAS DO IMPERADOR	182	257
ÁGUAS DO PARAÍBA	3.898	3.989
CEDAE	34.392	34.346
FÓZ ÁGUAS	8.353	8.610
C. ÁGUAS DE JUTURNÁIBA	685	748
PROLAGOS	308	386
SAAE/B. MANSA	264	237
SAAE/V. REDONDA	745	616
Total Faturado	52.360	52.968

VI.4 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Nos últimos três anos, marcos importantes foram fixados para o pagamento de precatórios no Estado do Rio de Janeiro. São eles:

- Emenda Constitucional nº 94, de 15 de dezembro de 2016, que alterou artigo 100 da Constituição Federal e acrescentou os artigos 101 a 105 no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT, instituindo, inclusive, Regime Especial de Pagamento de Precatórios, com prazo de pagamento até final do exercício de 2020.
- Lei nº 7.781, de 10 de novembro de 2017, que permitiu o cancelamento de pagamento de precatórios depositados e não sacados, em prazo superior a 3 anos, para utilização de mesmo volume de recursos em pagamentos de novos precatórios.
- Compromisso firmado entre Governo do Estado e Tribunal de Justiça para repasse mensal de R\$ 87,85 milhões, a partir de janeiro de 2018, inclusive com recursos oriundos do Fundo de Participação dos Estados - FPE, para pagamento de novos precatórios estaduais, à luz da EC 94/2016.



- Emenda Constitucional nº 99, de 14 de dezembro de 2017, que alterou o prazo do Regime Especial de Pagamento de Precatórios para quitação do estoque de precatórios até o exercício de 2024.

Nos termos da Emenda Constitucional nº 94/2016 e da Lei nº 7.781/2017, em 5 de dezembro de 2017, o Estado repassou ao Tribunal de Justiça o montante de R\$ 1,14 bilhão para pagamentos de precatórios estaduais, correspondente à parcela anual devida no Regime Especial de Pagamento de Precatórios.

Dos recursos transferidos ao Tribunal de Justiça em 2017, R\$ 12,51 milhões foram utilizados para pagamento de precatórios ainda no exercício de 2017, R\$ 759,71 milhões entre janeiro e março de 2018, e R\$ 107,98 milhões no 2º quadrimestre. Ou seja, até agosto de 2018, consumiu-se o montante de R\$ 880,20 milhões, restando do volume repassado em 2017 ainda R\$ 259,20 milhões para pagamento de precatórios.

Como o Estado solicitou o enquadramento à EC 99/2017, houve redução do repasse mensal de R\$ 87,85 milhões para R\$ 60,55 milhões no âmbito do compromisso firmado com o Tribunal de Justiça.

No total, os repasses mensais ao Tribunal de Justiça somaram R\$ 463,26 milhões, dos quais R\$ 163,48 milhões ocorreram no 1º quadrimestre e R\$ 299,78 milhões, no 2º quadrimestre de 2018.

Dessa forma, encontra-se disponível ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios estaduais o volume de R\$ 722,46 milhões, dos quais R\$ 259,20 milhões referem-se aos recursos transferidos ao Tribunal de Justiça em 2017 e R\$ 463,26 milhões referem-se aos repasses mensais efetuados ao longo de 2018.

Importante informar que o Estado do Rio de Janeiro está adimplente quanto a precatórios.

A gestão dos recursos destinados aos pagamentos de precatórios é feita pelo Tribunal de Justiça, que rateia os recursos com o Tribunal Regional do Trabalho e Tribunal Regional Federal, e posteriormente informa à Secretaria de Estado de Fazenda e Planejamento os

Tabela 40

Em milhões de reais

Lei nº 7.781/2017			
Repasso Anual			
3º Q 2017	1.139,41	(+)	
Pagamento de Precatórios			
3º Q 2017	12,51		
1º Q 2018	759,71		
2º Q 2018	107,98		
Total	880,20	(-)	
Saldo a Pagar			
3º Q 2017	259,20	(=)	

Acordo entre ERJ e TJ-RJ		
Repasses Mensais		
EC 94/2016	87,85	
EC 99/2017	60,55	
Total de Repasses Mensais		
1º Q 2018	163,48	
2º Q 2018	299,78	
Total	463,26	(+)

Fonte: SEFAZ e TJ-RJ



pagamentos realizados para contabilização do pagamento e baixa da obrigação nas contas patrimoniais do Estado.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

Requisição de Pequeno Valor é a obrigação judicial para pagamento de valores de até 20 salários mínimos, salvo exceções previstas na Lei Estadual nº 7.507, de 29 dezembro de 2016, oriunda de condenação judicial transitada em julgado contra o Estado do Rio de Janeiro.

A Constituição Federal considera, em seu artigo 100, os procedimentos de pagamentos devidos na forma de precatórios, inclusive de obrigações de pequeno valor resultantes de sentença judicial transitada em julgado.

No 2º quadrimestre de 2018, não foram depositadas requisições de pequeno valor pelo Tesouro Estadual. Nesse mesmo período, a PGE informou a quitação de RPVs, mediante sequestro nas contas do Estado, no montante aproximado de R\$ 12 milhões.

Atualmente, o Estado acumula passivo de cerca de R\$ 300 milhões em RPV, com destaque a uma única ação coletiva, de caráter alimentício, no valor total de R\$ 207,85 milhões.

Por terem prazo de 60 dias para cumprimento, essas obrigações judiciais estão sujeitas a sequestros nas contas estaduais, o que gera grandes transtornos ao Estado pela dificuldade de conciliação das diversas contas e pela necessidade urgente de recomposição nas contas de terceiros afetadas, como contas de convênios e operações de crédito.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

No 2º quadrimestre de 2018, R\$ 299,78 milhões foram repassados ao Tribunal de Justiça, oriundos de bloqueios do FPE e recursos do Tesouro Estadual (FR 100).



VI.5 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou R\$ 176,22 milhões com o serviço da dívida¹⁸ no 2º quadrimestre de 2018, 16,8% inferior ao valor pago no quadrimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pela redução de 16,9% do serviço da dívida da administração direta em relação ao 1º quadrimestre de 2018.

O pagamento da dívida da Administração Indireta, honrada com recursos do Tesouro Estadual¹⁹, alcançou R\$ 4,15 milhões, 12,3% inferior ao período anterior.

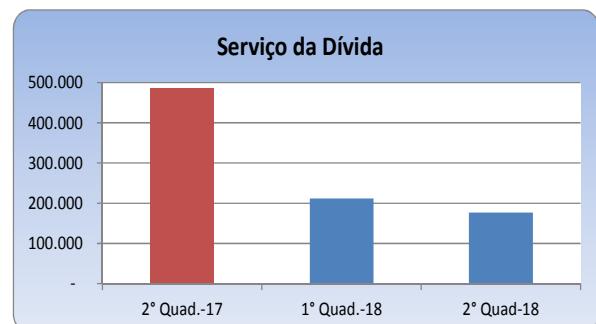
O serviço total da dívida no 2º quadrimestre de 2018 recuou 63,7%, se comparado ao mesmo período de 2017, cujo valor foi de R\$ 485,17 milhões.

Esta variação foi influenciada pela adesão, por parte do Estado do Rio de Janeiro, ao Regime de Recuperação Fiscal, em 5 de setembro de 2017, de acordo com a Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017.

De acordo com o artigo 9º da LC 159/2017, a União concederá redução extraordinária integral das prestações relativas aos contratos de dívidas administrados pela Secretaria do Tesouro Nacional, por prazo igual ou inferior ao estabelecido para a vigência do Regime de Recuperação Fiscal. Nesse caso, o Plano de Recuperação do Estado aprovado tem como premissa o prazo de 3 anos para previsão de redução extraordinária das dívidas devidas.

Ademais, o Estado não está sendo executado, pela União, em relação ao inadimplemento em operações de crédito com o sistema financeiro e instituições multilaterais, garantidas pela União²⁰.

Gráfico 11



¹⁸ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

¹⁹ A Administração indireta honrada com recursos do Tesouro Estadual é formada pelas entidades que não têm recursos próprios para honrar suas dívidas. As demais entidades, como CODERTE e CEPERJ, por possuírem fontes de receitas próprias, não são citadas no quadro do serviço da dívida.



Tabela 41

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm. Dir. + Adm. Ind. Honradas)							
	1º Quad. 2018			2º Quad. 2018			Δ % do total
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	168.526	38.517	207.043	140.488	31.586	172.074	-16,89%
INTERNA	168.526	38.517	207.043	140.488	31.586	172.074	-16,89%
EXTERNA	-	-	-	-	-	-	-
ADM. INDIRETA HONRADA	4.158	574	4.732	2.940	1.208	4.148	-12,34%
TOTAL	172.684	39.091	211.775	143.428	32.794	176.222	-16,79%

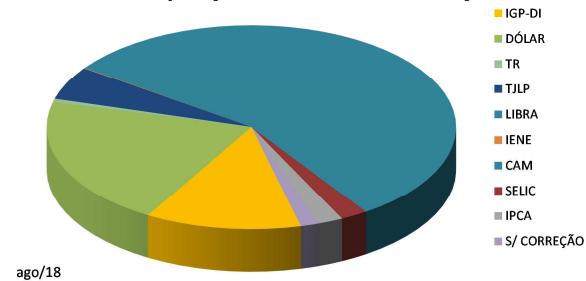
Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 2º quadrimestre de 2018, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 149,71 bilhões, superior em 7,1% ao quadrimestre anterior. A variação foi decorrente da atualização dos saldos devedores²¹, conforme cláusulas específicas dos contratos, incorporação dos juros e encargos não honrados e do recálculo do Contrato de Refinanciamento da Lei nº 9.496/97²².

O estoque da dívida interna cresceu 6,1%, quando comparado ao quadrimestre anterior. Parte desse aumento é justificada pela atualização, no estoque, do saldo das contas gráficas previstas nos artigos 9º e 17º da LC 159/2017 e do recálculo do Contrato de Refinanciamento da Lei nº 9.496/97.

Gráfico 12

Composição Por Índices de Correção



²⁰ No artigo 17º, da Lei Complementar nº 159, de 19 de maio de 2017, é previsto que durante a vigência do Regime de Recuperação Fiscal, na hipótese de inadimplência em operações de crédito com o sistema financeiros e instituições multilaterais, garantidas pela União e contratadas em data anterior à homologação do pedido de adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, fica a União impedida de executar as contragarantias ofertadas.

²¹ O contrato de Assunção de Dívidas do BERJ, segundo maior contrato do Estado, é corrigido pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 2º quadrimestre fechou em 2,3% (IGP-DI de mai/18 a ago/18) e nos últimos 12 meses (de set/17 a ago/18) em 9,1%.

²² Em 22 de dezembro de 2017, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Plano de Auxílio aos Estados e Municípios, conforme Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 que prevê no §8º, art 1º que a concessão de prazo adicional depende da desistência de ações judiciais que tenham por objeto a dívida ou o contrato renegociado.



Tabela 42

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA REAL 2018			
	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	Δ %
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	139.786.218	149.710.321	7,10%
INTERNA	127.345.398	135.091.142	6,08%
Dívida com a União	102.991.919	109.259.375	6,09%
Outras Dívidas Contratuais	24.353.479	25.831.767	6,07%
EXTERNA	12.227.268	14.386.612	17,66%
Com Aval do Tesouro Nacional	12.222.020	14.380.424	17,66%
Mobiliária	5.248	6.187	17,90%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	213.552	232.567	8,90%
DÍVIDA FINANCEIRA	139.786.218	149.710.321	7,10%
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	52.260.893	55.885.749	6,94%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RCL	2,67	2,68	0,15%

Tabela 43

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TAXA DE JUROS			
Prefixado			
Taxa de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	1.152.026	0,97%	0,77%
2,1 - 4	165.948	0,14%	0,11%
4,1 - 6	104.825.354	87,94%	70,02%
acima de 6,1	13.058.676	10,96%	8,72%
Subtotal	119.202.004	100,00%	79,62%
Pósfixado			
Taxa de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	8.157.403	26,74%	5,45%
2,1 - 4	7.097.280	23,26%	4,74%
4,1 - 6	13.353.634	43,77%	8,92%
acima de 6,1	1.900.000	6,23%	1,27%
Subtotal	30.508.317	100,00%	20,38%
Total	149.710.321		100,00%

O estoque da dívida externa, que corresponde a 9,6% do total da dívida financeira, encerrou o 2º quadrimestre de 2018 com saldo de R\$ 14,39 bilhões, ou seja, 17,7% superior ao 1º quadrimestre de 2018, consequência da desvalorização do real frente ao dólar²³.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o 2º quadrimestre de 2018 em R\$ 232,57 milhões, expandindo 8,9% em relação ao saldo verificado em abril de 2018.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 79,6% do estoque, dos quais 70,0% encontra-se vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é 5,53%.

²³ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de agosto de 2018 foi de 4,1353. Ou seja, 18,8% superior a cotação do dia 30 de abril de 2018 que foi de 3,4811.



No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo²⁴ representam 0,5%, e desse percentual, 0,48% está exposto a taxas variáveis. Isso ocorre devido à suspensão do pagamento dos contratos administrados pela STN e os contratos com garantia da União, conforme o Regime de Recuperação Fiscal.

O Gráfico 13 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Com a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, as contas gráficas são destaque entre 2020 e 2026, período no qual o Estado deve quitar os valores que se encontram suspensos até 2020. O maior credor do Estado é a União.

O prazo médio de amortização²⁵ atingiu 15,8 anos e o prazo médio de repactuação²⁶, 14,1 anos.

A Tabela 44 representa o montante da Receita Corrente Líquida comprometido com o pagamento do serviço da dívida de 2018 a 2026, ao fim do pagamento das contas gráficas resultantes do Regime de Recuperação Fiscal. Com o retorno dos pagamentos do serviço da dívida, o Estado, em 2023, 26,5% da RCL estará comprometida com o pagamento de dívidas.

O Gráfico 14 apresenta a projeção do estoque da dívida em relação ao RCL, cujo limite de endividamento equivale a 200% da RCL e é definido na Lei de Responsabilidade Fiscal e nas Resoluções do Senado Federal. Devido à adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, o Estado está suspenso de cumprir a relação durante sua vigência. De acordo com nossas estimativas, o retorno ao enquadramento ao limite legal está previsto para 2024, dois anos após o término do Regime de Recuperação Fiscal considerando sua prorrogação.

Gráfico 13

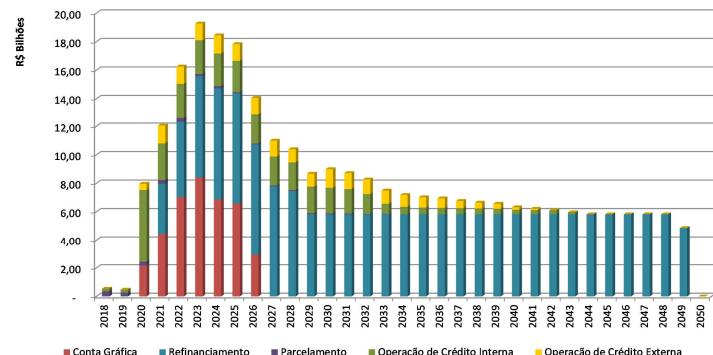
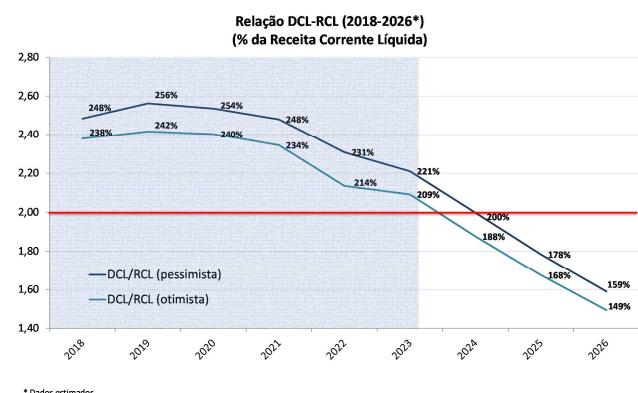


Gráfico 14



²⁴ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

²⁵ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas (excluindo as contas gráficas no Regime de Recuperação Fiscal).

²⁶ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vincendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas) (excluindo as contas gráficas no Regime de Recuperação Fiscal).

**Tabela 44**

Em milhões

Ano	Serviço da Receita Corrente	Serviço/RCL
2018	628,20	54.770,84
2019	745,74	58.159,08
2020	6.587,16	61.774,78
2021	8.580,39	64.864,05
2022	13.527,91	69.254,23
2023	18.527,46	69.836,06
2024	19.731,80	73.747,70
2025	19.705,22	78.460,30
2026	18.889,23	83.474,04

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 45

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
Índices	%	R\$ mil	Índices	%	R\$ mil	Índices	%	R\$ mil
IGP-DI	9,61%	14.707.206,71	IGP-DI	9,33%	14.097.872,20	IGP-DI	9,98%	15.480.812,42
CAM	58,76%	89.905.156,67	CAM	58,64%	88.600.728,41	CAM	58,83%	91.263.295,71
DÓLAR	19,58%	29.952.576,14	DÓLAR	19,82%	29.952.576,14	DÓLAR	19,31%	29.952.576,14
TR	0,90%	1.376.111,86	TR	0,91%	1.376.111,86	TR	0,89%	1.376.111,86
TJLP	5,36%	8.193.776,37	TJLP	5,42%	8.193.776,37	TJLP	5,28%	8.193.776,37
LIBRA	0,00%	5.880,31	LIBRA	0,00%	5.880,31	LIBRA	0,00%	5.880,31
IENE	0,10%	159.536,55	IENE	0,11%	159.536,55	IENE	0,10%	159.536,55
SELIC	2,11%	3.222.749,47	SELIC	2,13%	3.222.749,47	SELIC	2,08%	3.222.749,47
IPCA	2,20%	3.368.365,33	IPCA	2,23%	3.368.365,33	IPCA	2,17%	3.368.365,33
S/ CORREÇÃO	1,38%	2.114.076,10	S/ CORREÇÃO	1,40%	2.114.076,10	S/ CORREÇÃO	1,36%	2.114.076,10
TOTAL	100,00%	153.005.436	TOTAL	100,00%	151.091.673	TOTAL	100,00%	155.137.180

ago/19

ago/19

ago/19

Coeficiente de Atualização Monetária – CAM

A partir da série histórica de 5,0 anos do coeficiente de atualização divulgado pela STN, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de 1,9% a.a. e 5,1% a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do CAM, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 2,7 bilhões, passando, no total da dívida, de 58,7% no cenário otimista para 58,9% no cenário pessimista.

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -1,0% a.a. e 10,1% a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença na dívida atrelada a esse índice, em valores absolutos, entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 1,38 bilhões, passando, no total da dívida, de 9,33% no cenário otimista para 9,98% no cenário pessimista.

Quando observada a composição total da dívida por índices, nota-se variação absoluta de R\$ 4,05 bilhões entre o cenário otimista e pessimista e, em valores relativos de 2,7%.

Moeda Estrangeira e Libor

No período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao dólar norte-americano passou de R\$ 21,2 bilhões para 30,7 bilhões e de 18,7% para 20,51%, no total da composição da dívida. O aumento ocorreu em consequência da desvalorização do real frente ao dólar que subiu 31,4%, saindo de 3,1471 em 2017 para 4,1353 em 2018²⁷.

A Tabela 46 demonstra o quanto varia o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de oscilação de dez pontos percentuais (10%) nas variáveis chaves.

Analizando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme tabela 5, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês gera elevação de no máximo 1,9% e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Gráfico 15

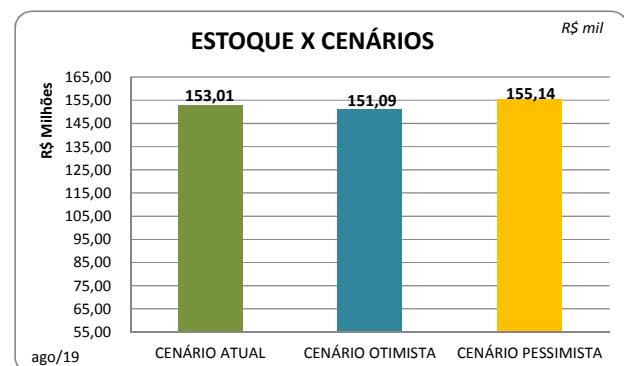


Tabela 46

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil	%
MOEDA ESTRANGEIRA				
Dólar Americano	+10%	+2.857.061,63	+1,942	
Iene Japonês	+10%	+10.174,67	+0,007	

²⁷ Cotação P-TAX de 31 de agosto dos anos indicados.



Receita de Operações de Crédito

A liberação de R\$ 55,48 milhões de receita oriunda de operações de crédito, nos meses de maio a agosto equivale a:

- R\$ 33,59 milhões destinados ao Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 21,59 milhões referentes ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD); e
- R\$ 321,82 mil referentes ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA).

Tabela 47

Cronograma de Liberações

Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/08/2018

	2018		R\$ mil 2019/24
	Liberado (¹)	a Liberar (²)	a Liberar (²)
1. Operações de Crédito Contratadas	979.087	1.453.552	1.515.063
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	900.322	590.272	56.333
1. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	322	211.772	36.828
2. CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	-	535	19.505
3. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	-	314.404	-
4. PROCOI - CAIXA	-	63.561	-
5. ANTECIP. CEDAE - BNP	900.000	-	-
Demais	78.765	863.280	1.458.731
6. PET II - BIRD	-	2.492	25.990
7. PRODETUR - BID	-	59.697	231.897
8. PSAM - BID	-	707.317	741.307
9. PET II Adicional - BIRD	21.593	33.359	450.283
10. RIO RURAL ADICINAL FA - BIRD	57.172	60.416	9.253
2. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PRF	-	-	3.284.292
Total	979.087	1.453.552	4.799.355

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2018.

(1) Valores realizados em 2018, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de AGO/2018

**Tabela 48****Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso**

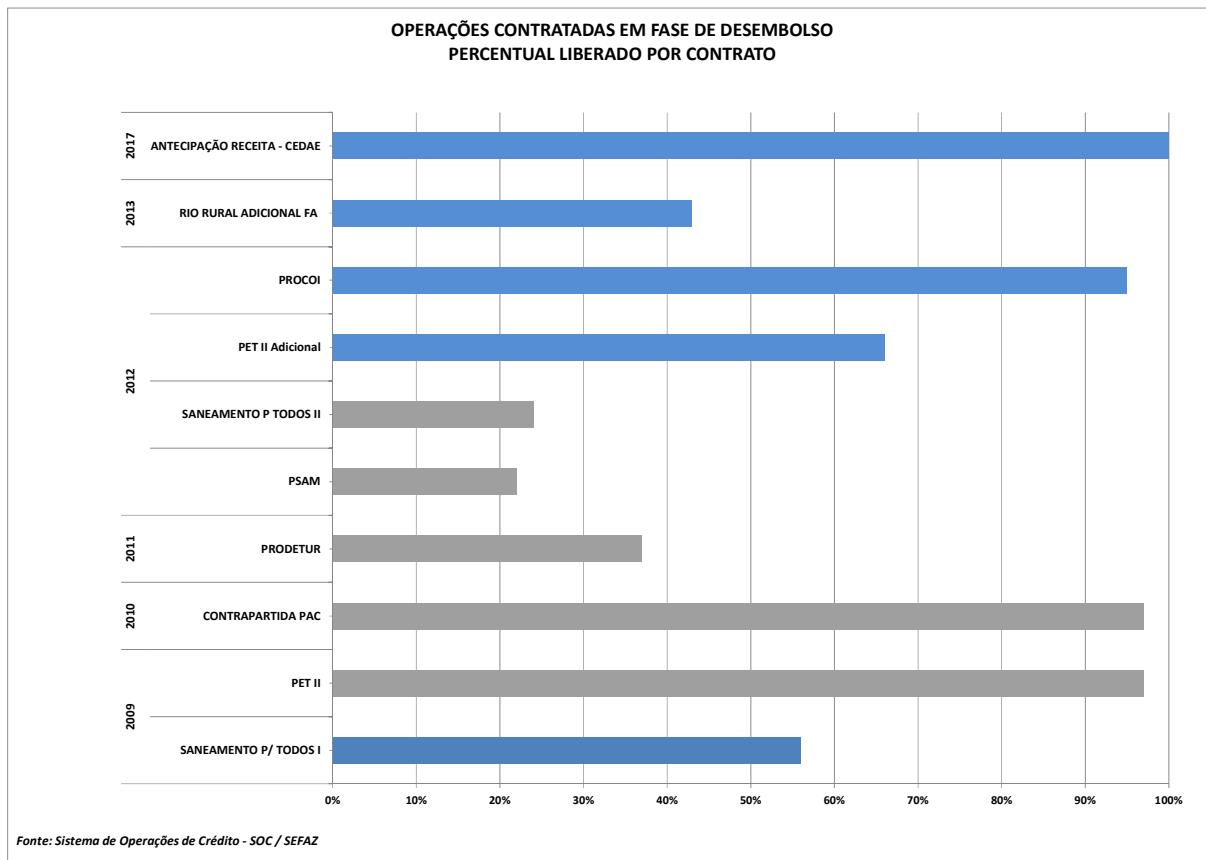
Data: 31.08.2018

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ÓRGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	312.526.229,07	56%	558.000.000,00	312.526.229,07
24/09/2009	PET II	BIRD	SETTRANS	DÓLAR	211.700.000,0000	204.812.405,46	97%	875.443.010,00	396.769.308,74
2010									
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTJLP	307.002.052,90	296.848.677,73	97%	626.209.893,42	586.006.600,71
2011									
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	41.486.692,47	37%	463.153.600,00	100.942.714,48
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	101.673.000,00	22%	1.869.072.894,00	297.005.905,80
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	100.968.042,49	24%	415.372.248,98	100.968.042,49
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETTRANS	DÓLAR	600.000.000,00	397.788.535,34	66%	2.481.180.000,00	1.266.708.565,71
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELJE	DÓLAR	60.000.000,00	20.102.483,24	34%	248.118.000,00	62.757.422,65
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPC	DÓLAR	100.000.000,00	43.152.687,45	43%	413.530.000,00	144.048.357,20
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	9.923.031,07	21%	198.494.400,00	30.246.060,24
2017									
15/12/2017	ANTECIPAÇÃO RECEITA - CEDAE	BNP PARIBAS	SEFAZ	REAL	2.900.000.000,00	2.900.000.000,00	100%	2.900.000.000,00	2.900.000.000,00

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ



Gráfico 16





VI.6 Acompanhamento Financeiro de Convênios²⁸

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 2º Quadrimestre de 2018 com 338 convênios de despesa e 181 convênios de receita vigentes²⁹.

Entre os convênios de despesa, os mais importantes para o Estado são aqueles celebrados no âmbito do Programa Somando Forças³⁰. Na esfera dos convênios de receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*³¹ engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 2º quadrimestre de 2018 com o montante total de R\$ 4,27 milhões.

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 2º quadrimestre de 2018 com o montante total de R\$ 4,84 milhões.

VI. 7 Análise de Viabilidade Econômica de PPP

Durante o 2º quadrimestre de 2018, o Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – PROPAR, destinado a disciplinar e promover a realização de Parceria Público-Privada (PPP) no âmbito da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, recebeu manifestação de interesse para a elaboração de estudos técnicos destinados à concessão de Rodovias Estaduais, que poderá ser na modalidade de uma PPP, conforme as condições informadas no Edital do Chamamento Público nº 001/2018, publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro nº 66, em 11 de abril de 2018.

A seleção dos estudos técnicos de forma integral, no caso de aproveitamento dos estudos em sua totalidade, ou proporcional, no

²⁸ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema Integrado de Administração Financeira do Estado do Rio de Janeiro - SIAFE-Rio.

²⁹ Convênios de Receita são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro destina seus recursos a Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Contempla, ainda, as parcerias realizadas por meio de termos de fomento e colaboração, em conformidade com a Lei Federal nº 13.019/2014, que entrou em vigor em 23 de janeiro de 2016.

30 Decreto nº 42.384, de 29 de março de 2010

³¹ Lei nº 11.578/2007 regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja de interesse da União.



caso de aproveitamento de partes dos estudos, refletirá diretamente o valor do ressarcimento ao autor, cujo máximo está fixado em R\$ 9.036.028,80 (nove milhões trinta e seis mil vinte e oito reais e oitenta centavos), e observará os seguintes critérios:

- I - a observância de diretrizes e premissas definidas no Termo de Referência – Anexo II ao Edital;
- II - a consistência e a coerência das informações que subsidiaram sua realização e o grau de aprofundamento dos ESTUDOS;
- III - a adoção das melhores técnicas de elaboração, segundo normas e procedimentos científicos pertinentes, e a utilização de equipamentos e processos recomendados pela melhor tecnologia aplicada ao setor;
- IV - a compatibilidade com a legislação aplicável ao setor e com as normas técnicas emitidas pelos órgãos e pelas entidades competentes;
- V - a demonstração comparativa de custo e benefício da proposta do empreendimento; e,
- VI - o impacto socioeconômico da proposta para o empreendimento.

O Edital do Chamamento Público nº 001/2018, pode ser obtido no endereço eletrônico <http://www.casacivil.rj.gov.br> e <http://www.desenvolvimento.rj.gov.br>, e outras informações podem ser solicitadas pelo e-mail cgp@desenvolvimento.rj.gov.br.

Deste modo, os 03 (três) Procedimentos de Manifestação de Interesse para obtenção de estudos técnicos com vistas à consolidação e modelagem de projetos em desenvolvimento no PROPAR são:

Concessão Rodovias: Projeto destinado à Concessão de um conjunto de rodovias estaduais do interior e de vias urbanas metropolitanas do Rio de Janeiro, consolidadas em três lotes que formam o Grupo 1, três lotes de vias urbanas metropolitanas implantadas mas, com trechos novos a serem construídos para ampliação, formando o Grupo 2, e uma rodovia formando o Grupo 3.

PPP Saneamento: Projeto destinado à prestação de serviços de saneamentos a regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas. O intuito é alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara. Os estudos técnicos



estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.

PPP Ilha Grande: Projeto destinado à prestação de serviço de apoio a gestão, conservação e visitação pública das Unidades de Conservação³², da Ilha Grande.

Alinhado com as estratégias do Governo do Estado, no 2º quadrimestre de 2018, o Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas – (CGP), decidiu acolher recomendação da Comissão criada para acompanhar o Edital de Chamamento Público nº 001/2018 e autorizar o início dos estudos técnicos pelas(os) empresas/consórcios, conforme publicação no DOERJ de 30 de agosto de 2018.

Quanto à PPP em execução, neste quadrimestre, o Contrato Casa Civil nº 27/2013, cujo objeto compreende a concessão administrativa de serviços de gestão, operação e manutenção dos Estádios Maracanã e Maracanãzinho, permaneceu em processo de reequilíbrio econômico-financeiro em andamento na Câmara FGV de Conciliação e Arbitragem³³, obedecendo às diretrizes previstas na Lei Federal nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

VI.8 Captação de Recursos

No segundo quadrimestre de 2018, no que tange à captação de recursos, área responsável por identificar, fomentar e negociar as contratações de operações de crédito para o Estado do Rio de Janeiro, cabe destacar a publicação da Lei Estadual nº 8.007, de 26

³² À luz do art. 2º, I da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), uma Unidade de Conservação é um “espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção.”

³³ “A Câmara FGV de Mediação e Arbitragem é presidida pelo Presidente da Fundação Getúlio Vargas, assistido, em suas funções, por dois Vice-Presidentes egressos do Conselho Diretor da Instituição. Completam a Direção da Câmara um Diretor Executivo, um Diretor Jurídico e o Presidente da Comissão de Arbitragem, tal como previsto no respectivo Regulamento. A função precípua da Câmara é a de administrar e monitorar os procedimentos da mediação e o arbitral, garantindo que todas as suas fases e prazos sejam cumpridos rigorosamente de acordo com os respectivos regramentos.”, informa a Fundação Getúlio Vargas.



de junho de 2018, que autoriza a contratação de operações de crédito pelo Estado do Rio de Janeiro até o valor de R\$ 3,05 bilhões, junto a instituições financeiras nacionais ou internacionais, organismos multilaterais e bilaterais de crédito, agências de fomento ou agência multilateral de garantia de financiamentos, destinadas ao financiamento dos leilões de pagamento, autorizados pela Lei Estadual nº 7.629, de 09 de junho de 2017, para fins de prioridade na quitação de obrigações inscritas em restos a pagar ou inadimplidas, nos quais será adotado o critério de julgamento por maior desconto, observada a legislação vigente, em especial as disposições da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e da Lei Complementar nº 159 de 19 de maio de 2017.

A Subsecretaria de Finanças vem efetuando os procedimentos necessários para seleção de instituição credora da operação que financiará o projeto de modernização da área de tecnologia da informação da Secretaria do Estado de Fazenda e Planejamento e os leilões de pagamento para quitação de restos a pagar. Nesse sentido, realizou-se, em 14 de maio de 2018, audiência pública para discutir aspectos técnicos da operação de Modernização Fazendária, tendo sido publicado o aviso de realização do pregão eletrônico com seu respectivo edital e anexos em 13 de agosto de 2018. Esta operação encontra-se suspensa, em atenção à comunicação da Coordenadoria de Exames de Editais do Tribunal de Contas Estadual, e aguarda-se decisão conclusiva acerca do conhecimento do edital.

Em 16 de julho de 2018, realizou-se audiência pública para discutir aspectos técnicos da operação referente aos leilões reversos para quitação de restos a pagar. Todas as operações em comento, assim como as demais previstas, estão incluídas no Plano de Recuperação Fiscal do Estado do Rio de Janeiro.



Glossário

- Receitas correntes³⁴: são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem³⁵:

- a) Receita Tributária:** Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- b) Receita de Contribuições:** Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- c) Receita Patrimonial:** Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- d) Receita Agropecuária:** Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.
- e) Receita Industrial:** Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- f) Receita de Serviços:** Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.
- g) Transferência Corrente:** Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.

³⁴ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

³⁵ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.



h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

- **Receitas de capital³⁶:** são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem:

a) Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.

b) Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.

Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.

c) Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

d) Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

³⁶Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.



- **Natureza da Receita**³⁷ : A classificação orçamentária por Natureza de Receita é estabelecida pelo § 4º do art. 11 da Lei nº 4.320, de 1964. No

âmbito da União, sua codificação é normatizada por meio de Portaria da SOF, órgão do Ministério do Planejamento,

Desenvolvimento e Gestão. A normatização da codificação válida para Estados e Municípios é feita por meio de Portaria

Interministerial (SOF e STN). Importante destacar que a classificação da receita por natureza é utilizada por todos os entes da

Federação e visa identificar a origem do recurso segundo o fato gerador, acontecimento real que ocasionou o ingresso da

receita nos cofres públicos. (Fonte: MTO-2018)

A partir de 2018 o código da natureza da receita passa a ser constituído por dez algarismos, que indicam:

- 1º = Categoria Econômica
- 2º = Origem
- 3º = Espécie
- 4º a 7º = Desdobramento
- 8º = Tipo
- 9º e 10º = Detalhamento

O Tipo, correspondente ao 8º dígito na natureza de receita, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se

refere aquela natureza, sendo:

³⁷ A Receita Pública é classificada por diversos aspectos com o objetivo de possibilitar sua estimativa, execução, acompanhamento, avaliação e controle. Portanto, a classificação das receitas é fundamental para evidenciar as suas origens e aplicações no âmbito do orçamento público.

A Classificação das Receitas compreende, dentre outras classificações, as Fontes de Recursos (FR) e a Natureza da Receita (NR). O Classificador de Receita poderá ser consultado no site de Transparência Fiscal do Estado do Rio de Janeiro (<http://www.transparencia.rj.gov.br/>).



- 0- Natureza de receita não valorizável ou agregadora;
- 1- Principal da receita;
- 2- Multas e Juros de Mora da respectiva receita;
- 3- Dívida Ativa da respectiva receita;
- 4- Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.